

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**“QUALIDADE DE VIDA”: AVALIAÇÃO DO
DISCURSO OFICIAL EM CURITIBA.**

Estudo de caso

Anjor Mujica de Paula



04202355

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial
para obtenção do título de
Mestre em Engenharia de
Produção**

**Florianópolis
2001**

Anjor Mujica de Paula

“QUALIDADE DE VIDA”: AVALIAÇÃO DO DISCURSO OFICIAL EM CURITIBA.

Estudo de caso


Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do
título de **Mestre em Engenharia de Produção no Programa
de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

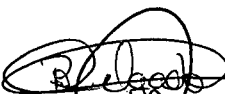
Florianópolis, 24 de setembro de 2001.

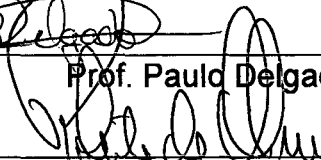
Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph.D.

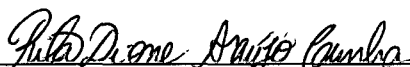
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA:

1º 
Prof.^a Dora Orth
Orientador

2º 
Prof. Paulo Delgado, Dr.

3º 
Prof. Roberto de Oliveira, Ph.D.

4º 
Prof.^a Rita Dione, Mestre

*À minha mãe Anatilde,
a coisa mais linda que eu vi neste mundo.*

AGRADECIMENTOS

Por entender que o Mestrado representa um marco em minha vida; agradeço a Mami, Papi, Ariel, Cristina, Vivi, Julião, Abuelita, Tatá, Teto e Totó por terem me guiado com amor e sabedoria até aqui. A maior paz é saber que posso contar com vocês. A Nana, Élcio e Yolanda que tiveram o carinho, a paciência e a compreensão necessários para a realização do trabalho.

À Universidade Federal De Santa Catarina,

A Coordenação do excelente Programa de Pós-graduação Engenharia da Produção desta Universidade, aos competentes professores: Salm, Maria Ester, Alexandre Lerípio, Roberto Cruz, Sandra Zulamita, Aline França e Zuleica Ma. Patrício; pela riqueza dos ensinamentos transmitidos.

Pela , ajuda, amizade e principalmente a agradável companhia dos colegas de mestrado: Donato, Carmen, Carlos, Shirley, Arthur, Tomelin; especialmente o Ronaldo e o Sérgio.

Ao Magnus e a Keka pela torcida.

Agradecimentos especiais a Socióloga e professora Maria Tarcisa Bega da UFPR e a Geógrafa Rosa Moura, cujas contribuições foram decisivas para a realização do estudo, o qual poderia ter tomado outros rumos que talvez não me satisfizessem tanto quanto eu me sinto neste momento.

Ao Dr. Paulo Delgado pelas críticas e pronta colaboração na participação da banca.

Todo o meu agradecimento e afeto a profa. Dora, que do nosso primeiro ao último encontro, fez jus integralmente a tudo aquilo que se espera de uma boa orientação; acolhendo, guiando e encorajando-me a seguir em frente nos momentos difíceis, na árdua tarefa da concretização deste trabalho, amadureci muito com ele. Obrigado!.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....vii

Lista de Quadros.....vii

Lista de Figuras.....viii

Lista de Siglas.....ix

Resumo.....x

Abstract.....xi

Resumenxii

CAPÍTULO 1- Introdução.....01

1.1 Apresentação.....01

1.2 Relevância e Limitações.....03

1.3 Metodologia.....05

1.4 Estrutura do Trabalho06

CAPÍTULO 2- Fundamentação Teórica.....08

2.1 Histórico do Conceito de Qualidade de Vida.....08

2.2 Indicadores de Qualidade de Vida10

2.3 Sociedade e Qualidade de Vida: Uma visão ampla.....15

2.4 Necessidades Humanas e a Dinâmica do Mercado.....21

2.5 A Questão Urbana no Final do Século XX.....22

2.6 Desenvolvimento Sustentável.....27

2.7 Sustentabilidade do Meio Urbano.....29

CAPÍTULO 3- A Qualidade de Vida Discursada em Curitiba.....32

3.1 Introdução.....32

3.2 Evolução Urbana de Curitiba32

3.3 A “Gestão Ecológica” Jaime Lerner (1989-1992).....41

3.4 A Gestão Rafael Greca (1993-1996).....54

3.5 A Gestão Cássio Taniguchi (1997-2000).....61

CAPÍTULO 4- Análise Comparativa da Qualidade de Vida - IDH e ICV.....65

4.1 Introdução.....65

4.2 Composição dos índices.....67

4.3 Longevidade, Educação, Renda.....69

4.4 Infância e Habitação.....74

4.5 Considerações Finais.....76

CONCLUSÕES.....79

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....83

LISTA DE TABELAS

1. MUNICÍPIO DE CURITIBA – POPULAÇÃO TOTAL 1950/2000.....	34
2. Coleta Anual do Lixo Domiciliar – Lixo Orgânico e Inorgânico – (1989-2000).....	40
3. Coleta de Materiais Recicláveis (1989-2000): Caminhão <i>Lixo que não é lixo</i> e Programa <i>Câmbio Verde</i>	40
4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	65
5. Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – Estados Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, 1970, 1980 e 1991.....	65
6. Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – Porto Alegre , Curitiba e Belo Horizonte.....	66
7. LONGEVIDADE.....	68
8. EDUCAÇÃO.....	69
9. RENDA.....	71
10. INFÂNCIA.....	72
11. HABITAÇÃO.....	73

LISTA DE QUADROS

1. Semelhanças entre modelos de cidades no atual contexto de competitividade urbana.	25
2. Indicadores de qualidade de vida (Gestão Greca)	57
3. Dimensões dos Índices IDHM e ICV.	67

LISTA DE FIGURAS

1. Curitiba-localização geográfica.....36

2. Plano Agache.....37

3. Município de Curitiba – Plano Preliminar de Urbanismo –1965.....38

4. Região Metropolitana de Curitiba.....39

5. Jardim Botânico.....51

6. Ópera de Arame.....51

7. Rua 24 Horas.....52

8. Rua da Cidadania.....59

9. Memorial da Cidade.....59

LISTA DE SIGLAS

APPUC - Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

CMMAD - Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

QV - Qualidade de Vida

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV - Índice de Condições de Vida

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

RESUMO

Adotando-se como referência a qualidade de vida discursada pelos meios oficiais de uma cidade tão conhecida como Curitiba, este trabalho avalia o discurso em suas mais diversas manifestações, através da análise crítica dos indicadores por ele veiculados. Para isso, utilizou-se de pesquisa documental como recurso metodológico, no intuito de identificar e reconstituir os discursos dos principais atores envolvidos nas publicações, prospectos e documentos oficiais da PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba. Recorreu também à revisão bibliográfica pertinente à qualidade de vida do ser humano e à questão urbana na atualidade. Num enfoque histórico resumido, o tema Qualidade de Vida é apresentado desde o seu surgimento até os dias atuais, culminando com a conceituação do termo *qualidade de vida* e a problemática envolvendo sua mensuração na utilização de indicadores sociais. Numa análise macrossocial, o referencial teórico em Ramos e De Masi responde satisfatoriamente quanto às condições de vida a que o ser humano está exposto no ambiente propiciado pela sociedade de mercado, compreendendo como esse meio tolera, reprime ou estimula o exercício da multidimensionalidade do indivíduo.

A partir daí, entra em cena o discurso oficial da qualidade de vida nas três últimas gestões curitibanas (1989 à 2000). O estudo mostra como são praticadas as políticas urbanas em Curitiba e verifica o grau de eficácia atingido pelo discurso acima aludido. As análises e avaliações são baseadas, em um primeiro momento, nos indicadores identificados nos discursos oficiais estudados, e, em um segundo momento, nos indicadores IDH e ICV, aqui apresentados de forma comparativa para as cidades de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. Ao final do trabalho, registram-se sugestões para a realização de futuros estudos.

Palavras-chave: qualidade de vida; sociedade de mercado; sustentabilidade

ABSTRACT

Taking life quality in the way it is considered by governmental authorities in such a well known city as Curitiba, this study aims to evaluate the official discourse in its different senses. This evaluation is accomplished through a critical analysis of the indicators which that discourse is based on. To reach that goal, the author has made use of documental research as a methodological support in order to identify and rebuild the ideas exposed in written speeches as well as in pamphlets, and official documents of Curitiba's Prefecture. The author has made use as well of bibliographic review on human quality of living and on actual urban questions. From a concise historical perspective, Life Quality is presented from its origin up to modernity, including the concept of quality of living and its measurement related to social indicators. In a macrosocial context, Ramos' and De Masi's theoretical position offers satisfactory answers on human being's living conditions in market society, and explains how that social environment tolerates, restrains or stimulates individual's multiplicity.

Then the author concentrates in the last three Curitiba governments' discourse on life quality, and by means of such an analysis, the study shows how urban policies has been taken into practice in Curitiba and which efficacy index has been reached by quality of living discourse. All the analyses and evaluations are based on the indicators identified in the analyzed official declarations as well as on Human Development Index (HDI) and on Living Conditions Index (LCI), which are presented in a comparative context involving the cities of Porto Alegre, Curitiba, and Belo Horizonte.

In the conclusion of this study there are suggestions that can be useful for further researches.

Key words: quality of life; market society; sustainability

RESUMEN

Tomando como referencia la calidad de vida tal como la presentan los medios oficiales de una ciudad tan conocida como lo es Curitiba, este trabajo evalúa ese discurso en sus distintos aspectos, y lo hace a través del análisis crítico de los indicadores en los que aquél se basa. Para lograrlo, ha recurrido el autor a la investigación documental, como recurso metodológico, con miras a identificar y reconstituir los discursos de los principales actores citados en las publicaciones, los panfletos y documentos oficiales de la Alcaldía de Curitiba. Ha realizado asimismo revisión bibliográfica relacionada a la calidad de vida del ser humano y a la problemática urbana en la actualidad. A partir de un enfoque histórico resumido, el tema Calidad de Vida se presenta desde sus orígenes hasta los días actuales, culminando con el concepto del término *calidad de vida* y la problemática que envuelve su mensuración en el uso de indicadores sociales. En base a un análisis macrosocial, el referencial teórico en Ramos y De Masi responde satisfactoriamente en lo que se refiere a las condiciones de vida a las que el ser humano está expuesto en el ambiente propiciado por la sociedad de mercado, comprendiendo cómo ese medio tolera, reprime o estimula el ejercicio del carácter multidimensional del individuo. A partir de ese punto, entra en escena el discurso oficial de la calidad de vida durante los tres últimos gobiernos municipales en Curitiba. El estudio muestra cómo han sido practicadas las políticas urbanas en dicha ciudad a la vez que investiga el grado de eficacia que ha alcanzado el discurso oficial de la calidad de vida. Los análisis y evaluaciones se basan, en un primer momento, en los indicadores identificados en los discursos oficiales estudiados, y en una segunda fase, en los indicadores Índice de Desarrollo Humano (IDH) e Índice de Condiciones de Vida (ICV) presentados comparativamente entre las ciudades de Porto Alegre, Curitiba y Belo Horizonte.

Al final del estudio, se ofrecen sugerencias para la realización de futuras investigaciones.

Palabras llave: calidad de vida; sociedad de mercado; sostenibilidad

CAPÍTULO 1- Introdução

1.1_ APRESENTAÇÃO

Uma das características marcantes do século XX é a urbanização, processo acelerado principalmente a partir da segunda metade da centúria e que faz com que mais de 50% da população mundial atualmente viva nas cidades.

Segundo dados oficiais, no caso brasileiro, 81,2% da população reside em áreas urbanas, a maior parte em precárias condições de vida. A urbanização brasileira caracterizou-se pelo agravamento da desigualdade na repartição da renda entre regiões e classes sociais, o crescimento desordenado das cidades, assim como a degradação do meio ambiente e o uso predatório dos recursos naturais. A maioria das cidades brasileiras, especialmente as grandes, apresentam sérios problemas socioambientais, tais como, exclusão social, poluição do ar e dos recursos hídricos, transportes ineficientes, acidentes de trânsito, violência urbana etc.

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde, educação, transporte, lazer, etc. e de infra-estrutura urbana - água, esgoto, iluminação, drenagem - evidencia as condições indignas em que se encontra a maioria da nossa população brasileira. Nesses termos, a manutenção do equilíbrio do meio *socioambiental urbano* tornou-se não só difícil de ser alcançada, mas, acima de tudo, uma questão cada vez mais preocupante. Para Kowarick (2000), a causa desses problemas estaria na crescente ineficácia das políticas públicas, atualmente sob a égide da ideologia neoliberal reinante, junto com a desativação do Estado na prestação de serviços básicos. "Tudo isso aliado a uma grave crise econômica que tem persistido, produziu funestas conseqüências no dia-a-dia dos habitantes de nossas cidades, das quais se pode destacar o espraiamento da violência em seus múltiplos sentidos". (Kowarick, 2000, p.120).

No entanto, apesar desse panorama desolador da urbanização no Brasil, uma cidade brasileira vem se destacando mundialmente. Curitiba se consagrou nacional e internacionalmente como uma cidade modelo. Desde os anos 70 do século XX, a partir de algumas realizações bem sucedidas no campo do planejamento urbano, Curitiba ampliou o seu sucesso e tornou-se ícone da década de 90, alcançando outros títulos : "*Capital Ecológica*", "*Capital de Primeiro Mundo*" e ; dentre eles, a "***Capital brasileira da qualidade de vida***".

Destarte, a partir dos anos 90, da passada centúria, surge em Curitiba a qualidade de vida como uma das questões centrais do discurso oficial. Este entendido como a manifestação do poder público expressa a partir de inúmeras fontes de caráter heterogêneo, como documentos, relatórios, prospectos, ou declarações aos meios de comunicação das principais autoridades envolvidas, e que promoveram, sistematicamente, uma imagem positiva da cidade.

Percebemos a necessidade de ir além desse discurso, aprofundando o debate no intuito não só de entender o sentido de suas mensagens, mas também de responder às seguintes perguntas de pesquisa:

Como o discurso da qualidade de vida surgiu em Curitiba? Qual é o seu papel na estratégia política municipal da cidade? Qual a sua finalidade?

Para Garcia (1997), a partir dos anos 90, do século passado, assistimos a um processo crescente de "curitibalização" com a cristalização das experiências urbanísticas bem-sucedidas da década de 70 e pelas diversas tentativas de exportação do modelo da "cidade que deu certo". Nos últimos 30 anos, o projeto de modernização urbana adotado em Curitiba permitiu a consolidação da imagem de uma cidade modelo a ser seguida nacional e internacionalmente, o que, segundo Garcia, é preocupante, uma vez que, para conseguir tal feito, foi

necessário um forte apelo do poder público perante os seus cidadãos, obscurecendo o senso crítico:

“como cidadãos, entretanto, parecemos um pouco anestesiados, aninhados nos confortáveis braços do senso comum. Acostumados, que estamos, a ler a cidade no prisma da linguagem oficial” (Garcia, 1997, p.12).

Com a intenção de superar o senso comum e de mostrar uma nova leitura da cidade, propomos estudar **o discurso oficial sobre a qualidade de vida em Curitiba de 1989 ao ano de 2000**, período que corresponde a três gestões municipais que tiveram tal proposta como tema central.

A qualidade de vida é uma questão complexa e multifacetada. Existem várias maneiras, no marco do debate atual, de refletir sobre o tema proposto. No entanto, propomos discuti-lo a partir do discurso oficial, dada sua forte evidência, nos últimos anos, em Curitiba.

Para uma abordagem mais ampla do tema eleito, este será desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- conceituar qualidade de vida;
- realizar um resumo histórico acerca da utilização da expressão qualidade de vida pelo discurso oficial;
- avaliar as políticas urbanas praticadas na atualidade;
- identificar/avaliar os indicadores de qualidade de vida encontrados no discurso oficial em Curitiba, durante o período de 1989 a 2000.

1.2_ RELEVÂNCIA E LIMITAÇÕES

Dois aspectos nos chamam a atenção, e talvez ajudem a explicar a grande lacuna existente na literatura sobre a qualidade de vida nas cidades: a sua

complexidade e o relevante peso que a qualidade de vida vem adquirindo na atual sociedade. Sobre o primeiro, Carmo (1993) nos oferece a idéia de que *"..... a qualidade de vida pode ser utilizada como um conceito unificador o qual permite relacionar as necessidades humanas, os ambientes individuais e sociais, e o desenvolvimento humano"* (Carmo, p.39). Quanto ao segundo aspecto, De Masi (1999) nos mostra que a qualidade de vida surge como um dos valores emergentes da sociedade pós-industrial, em contraposição aos da sua antecessora: a sociedade industrial:

"enfim, emerge o valor da qualidade de vida, contraposto a um posicionamento de sacrifício, fatalista, expiatório, calvinista. As poucas necessidades "fortes" que têm angustiado a existência dos trabalhadores industriais, compelindo-os a se fatigar a vida toda para sustentar a família, para comprar uma casa, para custear os estudos do primogênito, vão se desintegrando numa mídia de necessidades "frágeis" ligadas à cultura e à volúpia, próprias de uma sociedade que atingiu o bem-estar e que pretende gozá-lo nesta vida terrena sem esperar a beatificação do além" (De Masi, 1999,p. 207).

No intuito de contribuir para o preenchimento da lacuna acima aludida, este trabalho pretende discutir a qualidade de vida, mesmo sendo um tema abrangente; de conteúdo ainda obscuro no meio urbano. Ao término, serão apresentadas sugestões para a realização de novas pesquisas.

Destarte, espera-se que este estudo possa aportar contribuições válidas para a discussão teórica empírica da noção da qualidade de vida nas cidades. Tratar da qualidade de vida no meio urbano, a partir do discurso de uma cidade com a expressão de Curitiba, poderá trazer também aportes de ordem prática, oxalá que relevantes, em benefício da coletividade.

Dada sua ampla abrangência, a qualidade de vida se constitui em um termo "guarda-chuva", servindo de abrigo para inúmeras noções e associações muitas vezes distintas entre si. Cientes dessa dificuldade, optamos por focalizá-lo sob o

prisma do discurso oficial, este sim, bem definido, com início, finalidade e sentidos próprios.

É importante destacar que o objetivo da pesquisa não é analisar a qualidade de vida de Curitiba conclusivamente, e sim, a qualidade de vida *apresentada* pelos órgãos oficiais da cidade através da identificação e análise de indicadores.

1.3_METODOLOGIA

Neste item, serão abordados os métodos e as técnicas necessários para a busca de dados e informações, tendo em vista atingir os objetivos propostos nesta pesquisa. Para Gil (1987), método científico "é o caminho para se chegar a determinado fim. É o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotados para se atingir o conhecimento".

A metodologia deste trabalho combina revisão da bibliografia pertinente com pesquisa documental. Segundo Cervo e Bervian (1983), a pesquisa bibliográfica "é meio de formação por excelência" e tem por objetivo a procura de referenciais teóricos publicados em documentos, ou seja, tomar conhecimento e analisar as contribuições científicas sobre o assunto em questão.

A pesquisa documental é utilizada para investigar documentos "a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características" (Cervio e Bervian, *op. cit.*, p. 57). Para Gil (1999), esse tipo de pesquisa pode ser elaborado a partir do uso de materiais que não receberam tratamento analítico.

Foram realizados levantamentos bibliográficos durante todo o processo de desenvolvimento do estudo, principalmente para os temas centrais: qualidade de vida do ser humano e a questão urbana na atualidade, e a busca revelou escassez de materiais referentes ao primeiro tema no âmbito das cidades. A

pesquisa documental identificou e reconstituiu os discursos dos principais atores envolvidos. Para isso, foram utilizadas as seguintes fontes: livros, jornais, revistas, teses, dissertações, assim como publicações, prospectos e documentos oficiais da PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba - como, por exemplo, os relatórios anuais de fim de ano, dentre outros.

Os levantamentos foram realizados nas bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Livre do Meio Ambiente (Curitiba/PR), na Biblioteca Pública do Paraná, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e no IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.4_ESTRUTURA DO TRABALHO :

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, cujos conteúdos resumidos encontram-se a seguir :

O capítulo 1 contextualiza o leitor com relação às linhas gerais do trabalho realizado, contendo os seguintes aspectos: descrição do problema, objetivos, relevância e estruturação, bem como a metodologia que norteou a elaboração da pesquisa.

O capítulo 2 trabalha a base conceitual do estudo, no intuito de buscar referenciais teóricos na literatura sobre a qualidade de vida do ser humano, assim como das políticas urbanas em voga na atualidade.

O capítulo 3 faz um resumo histórico da qualidade de vida divulgada pelos meios oficiais em Curitiba, identificando e analisando, no discurso, os principais índices de qualidade de vida .

O capítulo 4 apresenta uma análise comparativa, através dos indicadores do IDH e ICV, entre as cidades de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. Justifica-se a análise destas três cidades brasileiras, por serem similares em funções e porte, permitindo reforçar a avaliação do discurso sobre a qualidade de vida em relação ao discurso oficial em Curitiba.

O capítulo 5 apresenta os resultados e as considerações finais, realizando uma síntese da abordagem oficial da qualidade de vida em Curitiba, evidenciando o alcance de seus pressupostos, assim como as carências encontradas ao longo do estudo. Termina sugerindo novas pesquisas.

CAPÍTULO 2- Fundamentação Teórica

2.1_ HISTÓRICO DO CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA

Inicialmente, abordaremos a qualidade de vida sob um enfoque histórico resumido, analisando o seu surgimento como uma questão central da atual sociedade. Em seguida, tentaremos conceituá-la e medi-la. Para tanto, estudaremos diversos autores que se debruçaram sobre o tema, finalizando com um estudo acerca da problemática envolvendo a utilização dos indicadores sociais.

Ernest Haeckel foi o primeiro a cunhar o termo **ecologia** ao utilizá-lo em sua obra “Morfologia geral dos organismos” (1866). Nesta o autor especifica que a ecologia deveria ser uma disciplina científica ligada ao campo da biologia. Etimologicamente, a palavra ecologia significa “ciência da casa”. Limitada inicialmente às ciências biológicas, na década de 60 do século XX, desde aquela época, a ecologia vem ampliando seu raio de abrangência, incorporando novos conhecimentos ao seu campo teórico.

Entre as décadas de 20 e 30 da centúria passada, a ecologia incorpora a dimensão humana através dos trabalhos da Escola de Chicago. Na tentativa de enfrentar certos problemas práticos urgentes, oriundos do rápido processo de industrialização, verificado principalmente nas grandes cidades dos EUA, os estudiosos daquela Escola buscaram compreender a organização da cidade como unidade geográfica, ecológica e econômica. Os estudos ecológicos, mais especificamente os da Ecologia Humana, passaram a se preocupar não apenas com as inter-relações entre os animais e o meio, mas a estudar também as formas de organização do homem em seu ambiente específico, bem como as relações que ali se estabelecem (Carmo, 1993, p. 19).

Mackenzie (*apud* Carmo 1993), define a Ecologia Humana como a disciplina que estuda as relações espaciais temporais de seres humanos e como estas são influenciadas pelas forças seletivas, distribuidoras e acumulativas do meio.

Mais tarde, ao final dos anos 70 do século XX, René Dubos (*apud* Carmo, 1993) ao abordar o conceito de qualidade de vida o faz em contraposição aos aspectos negativos do progresso material, os quais, na opinião dele, prejudicam essa qualidade de vida (Carmo, 1993, p. 22). No mesmo diapasão, em “A Sociedade Pós-industrial” De Mais (1999), com base em diversos pensadores contemporâneos, como Toffler, Touraine, Hegedus, Thurrow, Bell, dentre outros que estudaram o período recente e analisaram algumas tendências da atual sociedade, explica que a *qualidade de vida* surge como um dos valores emergentes dos nossos dias, em contraposição aos valores da sociedade industrial.

Continuando ainda com De Mais (*op. cit.*), o modo de produção e o progresso tecnológico são as peculiaridades que marcam a sociedade industrial, sendo a fábrica o seu elemento estruturante, concentrando em torno de si o tempo e o local de trabalho. Os valores dessa sociedade são a racionalidade, o machismo, a padronização, a especialização, entre outros. Por outro lado, na nova sociedade, os elementos centrais ainda não estão definidos. Para alguns autores, esse fator é a *informação*; para outros, o impacto da *programação*; e para outros, a *estrutura da personalidade*. Talvez, uma de suas características seja exatamente o fato de ser policêntrica. Por enquanto, o autor prefere chamá-la de sociedade *Pós-industrial*, provisoriamente, até que seus elementos estruturantes se consolidem.

De Masi (1999), entende que ainda pensamos de acordo com a era industrial, e que a sensação percebida é de uma crise de modelos interpretativos :

"....não é a realidade que está em crise e sim nosso modo de compreendê-la e de avaliá-la: como as categorias mentais assimiladas da época industrial não podem mais nos explicar o que está acontecendo, somos induzidos a desconfiar do que está acontecendo e a perceber o advento do futuro como crise do presente" (De Masi, 1999, p. 28).

2.2_ INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

Na década de 70 do século XX, muitos esforços foram realizados na tentativa de quantificar a qualidade de vida. As medidas econômicas tradicionais, como o crescimento *per cápita* da renda nacional, passaram a ser questionadas como indicadores de qualidade de vida. Dados os problemas sociais e ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento até então, houve a iniciativa de aferição direta da qualidade de vida por meio de indicadores que permitissem acompanhar a evolução dos níveis de bem-estar social.

Um exemplo disso foram os trabalhos de Andrews e Withey (*apud* Carmo, 1993), os quais ressaltam a dupla noção de qualidade de vida. A primeira, em relação ao meio ambiente num sentido amplo, porém relacionado a fatores externos ao indivíduo, como : poluição, qualidade da habitação, trânsito, etc. A segunda estaria relacionada a aspectos individuais tais como: senso de realização, liberdade, etc., que são inerentes à percepção do ser humano. Assim, segundo estes autores, um adequado monitoramento da qualidade de vida deverá levar em consideração não só aspectos físicos e tecnológicos da vida, mas também para como as condições de vida são percebidas e avaliadas pelos indivíduos.

O conceito da qualidade de vida para Gallopín (*apud* Carmo, 1993) está fundamentado na referência pessoal individual, que, por sua vez, é resultante da saúde psicossomática e do sentimento de satisfação de um indivíduo. Nesse contexto, a saúde depende dos processos internos da pessoa e do grau de cobertura das suas necessidades (que serão abordadas posteriormente). Já a satisfação depende dos processos internos e do grau de cobertura dos desejos e

aspirações. Para o mesmo autor, as condições do ambiente de uma sociedade, somadas à organização interna do sistema humano societal, são os fatores principais que incidem sobre a qualidade de vida dos indivíduos. Referente ao contexto acima, Carmo diz que: “..... a qualidade de vida pode ser utilizada como um conceito unificador o qual permite relacionar as necessidades humanas, os ambientes individuais e sociais, e o desenvolvimento humano” (Carmo, 1993, p.39).

Roche (apud Carmo, 1993), na década de 90 do século XX, sugere três dimensões de indicadores para medir a qualidade de vida, a primeira das quais englobaria aqueles referentes à cultura. Reconhecendo a dificuldade na valorização empírica, o autor cita a necessidade de criar, com os indicadores, uma noção de categoria quantificável para medir a felicidade humana. Dentre esses indicadores estariam: conceitos de terra, pátria e propriedade, arraigo territorial, sentido dominante das relações humanas, privilégios da família e amizade sobre a produção e a competição, o consenso como instrumento de relação, etc.

Uma segunda dimensão englobaria indicadores ambientais, os quais podem ser “duros” ou “brandos”. Os primeiros, verificáveis estatisticamente; os segundos, de percepção e valorização por parte do ser humano. Esses indicadores permitem avaliar o desenvolvimento relativo das condições existenciais do homem em sociedade. Exemplos desses indicadores são: a educação, o trabalho, as condições do habitat, o ambiente ecológico, o acesso a instituições intermediárias (partidos políticos, sindicatos, clubes, etc.) como instrumentos de participação social; acesso aos meios de comunicação social para avaliação do entorno e como instrumento para a tomada de decisões econômicas e políticas, etc. (In Carmo, p. 41).

A terceira dimensão englobaria os indicadores referentes à tecnologia. São aqueles que medem o desenvolvimento relativo sob um olhar utilitarista, o qual com frequência se transforma em mecanismos de dominação e submissão.

A proposta de Roche é complexa e parte do argumento de que, no cotidiano da vida, o cidadão procura, consciente ou inconscientemente, a felicidade pessoal e coletiva.

Para Carley (*apud* Carmo, 1993), a utilização de indicadores sociais apresenta, essencialmente, três dificuldades. Em primeiro lugar, o caráter heterogêneo das fontes de informações como educação, censos, pesquisas domiciliares, etc., o que dificulta uma análise comparativa e integrada, assim como a “visibilidade” do impacto das políticas públicas no processo de desenvolvimento social. Outra dificuldade, segundo o autor, é a falta de um modelo conceitual que permita desenvolver um conjunto congruente e sistemático de indicadores sociais, o que impede a organização de informações em bases consistentes e sua validade empírica.

Nesses termos, ressalta Carmo (1993, p.51): *“Trabalhar com indicadores traz problemas do ponto de vista metodológico, do tipo: como expressar os indicadores sociais.”*

Segundo o autor, uma das alternativas para resolver o problema seria a utilização de modelos matemáticos, que apresentam algumas vantagens: melhor integração entre os indicadores econômicos e sociais, flexibilidade e fácil manipulação para o uso de computadores. Esse modelo de indicadores, como ele próprio adverte, longe de refletir a realidade dos fenômenos socioeconômicos, se constitui apenas em um *“instrumento possível – dentre outros – para tornar a realidade mais palpável e controlável, objetivando com isso elencar as condições plausíveis para a implementação das transformações desejadas”*. Como terceira dificuldade, existe ainda o risco da manipulação dos dados com fins políticos. Assim, Carley (*op. cit.*) afirma que é necessária uma combinação de medidas

objetivas com indicadores de percepção, por meio de um arcabouço rigoroso e sistemático, a fim de que seja possível a articulação do conceito de qualidade de vida através dos indicadores sociais.

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas propuseram o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Este índice sintético, criado por um grupo de especialistas liderados pelo cientista Mahdub Ul Haq, visa medir o progresso humano, resultado da combinação de indicadores das áreas de saúde, educação e renda. Desde 1990, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - publica o relatório do desenvolvimento humano no mundo, o qual foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1996. Esse índice tem por objetivo contribuir para o acompanhamento, a análise e a avaliação das políticas públicas brasileiras, em todos os níveis da Federação. Nesse mesmo ano (1996) , o PNUD, em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, publicou o relatório do “Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros”, que teve como objetivo aproximar o conceito de desenvolvimento humano sustentável à realidade local brasileira. Para isso, e tendo por foco central as pessoas como razão fundamental do processo de desenvolvimento, foram criados dois novos índices: o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o ICV (Índice de Condições de Vida). O primeiro focaliza o município como unidade de análise e tem metodologia similar à do IDH da ONU. O segundo também utiliza o município como unidade de análise de referência, mas engloba um número maior de dimensões e indicadores básicos em sua construção. Esses índices, que serão abordados em suas especificidades mais adiante, têm por base os dados oriundos do IBGE.

Para Herculano¹ (1998), o IDH é insuficiente para avaliar o nível de desenvolvimento humano, uma vez que não incorpora a dimensão ambiental:

¹ Herculano Selene C. *A Qualidade de Vida e seus Indicadores*. Ambiente E Sociedade-Ano I- Número 2 - 1 semestre de 1998.

"as pessoas podem ter boa escolaridade, longa expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas morarem e trabalharem em locais poluídos, sujeitos a riscos, conviverem com águas sujas, respirarem poluentes e habitarem compactamente selvas de pedra deprimentes, onde as cores predominantes sejam os tons de cinza do cimento e do asfalto". (Herculano, 1998,p.92).

Assim, aquele autor propõe o IQV - Índice de Qualidade de Vida -, o qual seria composto pelos itens hoje mensurados pelo IDH mais indicadores ambientais que expressem a qualidade do ambiente do urbano como área verde e/ou áreas amenas urbanas e *per capita*; níveis de emissão de CFC (clorofluorcarbono), de dióxido de carbono e de outros dejetos químicos; destino dado ao lixo; volume e qualidade da água potável disponível, dentre outros. Como a maioria destes índices já existem isoladamente, para Herculano, é perfeitamente viável, do ponto de vista metodológico, a execução de um indicador único que avalie aspectos humanos e ambientais.

Um outro ponto importante a ser considerado é a tensão entre fatores objetivos e subjetivos na composição do conceito de qualidade de vida. Contudo, face à dificuldade na avaliação dos fatores subjetivos, verifica-se uma tendência à utilização conjugada de ambos os fatores. Segundo Carmo (1993), ao acompanhar o processo de "complexificação" da organização social, o conceito da qualidade de vida ampliou a sua perspectiva.

Carley (*apud* Carmo, 1993), chama a atenção para a necessidade de estabelecer um quadro referencial coerente com a realidade do recente final de século. Assim, visando a uma melhor utilização dos indicadores, só atingirão melhores níveis de qualidade de vida da população, na medida em que esses indicadores atribuam valor a essa dimensão qualitativa. O autor conclui que o quadro referencial necessário, ao qual nos referimos anteriormente, seria propiciado pelo desenvolvimento sustentável, haja vista a relevância da questão ambiental nos dias atuais.

Essa dimensão ambiental, especificamente no meio urbano, será abordada mais adiante.

2.3_ SOCIEDADE E QUALIDADE DE VIDA: UMA VISÃO AMPLA

Este estudo parte do pressuposto de que o atual momento se caracteriza por um chamamento à reflexão a respeito dos valores que estruturam o paradigma da modernidade. Considerando a qualidade de vida explicitada no último capítulo, e compreendendo que é necessário examinar como o meio tolera, reprime ou estimula o exercício da multidimensionalidade do ser humano, objetivamos entender as condições de vida às quais o ser humano está exposto “no ambiente” propiciado pela *sociedade de mercado*, atual paradigma² social vigente no mundo ocidental.

Para efeito desse objetivo, utilizaremos as contribuições teóricas de Ramos (1989), que, a nosso ver, são satisfatórias e fundamentais, não só para análise da qualidade de vida ao nível macrossocial, mas também porque prepara o terreno para a posterior análise específica sobre as políticas urbanas praticadas no final do século recém passado.

Desde os tempos mais remotos, o mercado tem constituído a maneira mais eficaz para a troca de bens de acordo com as necessidades individuais de cada pessoa nas diversas sociedades. No entanto, o mercado sempre foi um espaço físico delimitado para o qual as pessoas se dirigiam a fim de realizar suas trocas. O comportamento humano no interior do mercado era orientado pela busca do interesse próprio dos indivíduos ou pequenos grupos sociais.

Com o advento da revolução industrial há aproximadamente 300 anos, o sistema de mercado obteve as condições excepcionais para o seu crescimento,

² Kuhn, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

vindo a expandir-se de tal forma que atualmente têm implicações em quase todos os aspectos da vida humana associada. Antes da revolução industrial, nas demais sociedades anteriores a vida simbólica foi predominante em relação à econômica, mantendo os padrões de economicidade numa condição de subordinação. A atividade simbólica é um fim em si mesma, já as atividades de natureza econômica são um meio para se conseguir um fim, e fazem parte essencialmente de regras operacionais formais que limitam a interação simbólica. O problema é que atualmente, as relações de mercado têm influência em quase todos os aspectos da vida humana associada.

“o mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social. Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de um modo geral” (Ramos, 1989, p. 148).

A exagerada busca do interesse próprio, a qual está na base dos valores da atual sociedade, provocou o desenvolvimento exagerado da *razão instrumental* em detrimento da *razão substantiva*.

Segundo Ramos (*op. cit.*), a razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social. Segundo o autor, a razão é uma força ativa na psique humana, e não apenas uma categoria sociomórfica, isto, é interpretada como um atributo dos processos históricos e sociais, característica da razão moderna. Ramos (*op. cit.*) define a *razão instrumental* como aquela que “alia os meios aos fins”. Nesse sentido, a razão instrumental é calculista, pragmática, utilitarista, e é largamente utilizada na atual sociedade. Já a razão substantiva está relacionada à emoção, e à espiritualidade, à simbolicidade, e nunca poderá ser confinada num enunciado interpretativo. Somente através da livre experiência da realidade entre os seres humanos é que poderá ser compreendida. Para Marcuse (1982), quanto mais funcionalmente racional for uma sociedade, maior é o seu controle sobre o indivíduo, e mais difícil é a conquista da verdadeira liberdade.

É importante ressaltar que Ramos (1989) não é contra o sistema de mercado, muito menos a sua eliminação, mas combate o seu caráter expansionista e como aquele vem invadindo e influenciando praticamente todas as esferas da vida humana associada. Ele defende que o mercado deverá ser confinado ao seu enclave, em termos de espaço vital, dentre outros não menos importantes no planejamento de sistemas sociais.

Dada a natureza multidimensional do ser humano, esta requer cenários sociais múltiplos, ou seja uma variedade de enclaves, ou espaços, dos quais a economia é apenas um deles. A economia é um espaço altamente prescritivo, que como foi visto anteriormente, prevalece o cálculo das conseqüências na dimensão da razão, e na social a comportamental. Outros espaços existenciais necessários para uma adequada satisfação dos diferentes tipos de necessidades humanas são as isonomias e fenonomias. A fenonomia é um espaço existencial no qual existe a oportunidade para o exercício da realização pessoal. Por isso é concebido como um espaço personalístico, o qual permite o máximo de opção pessoal com um mínimo de prescrições operacionais formais. Aqui, o ser humano encontra o sentimento de satisfação íntima na realização de atividades relacionadas com as artes, trabalhos intelectuais e/ou de trabalhos ligados à coletividade.

As isonomias são espaços existenciais coletivos onde prevalece o exercício da convivialidade do ser humano num contexto social de igualdade. Nas isonomias as pessoas se ocupam, não trabalham. Nelas, seus membros livremente associados realizam atividades compensadoras em si mesmas onde a autoridade é definida em consenso. Exemplos de ambientes isonomicos são associações de pais e professores, grupos de cidadãos interessados em assuntos da comunidade ,dentre outros. As isonomias não são economias, embora com elas possam se relacionar; é o caso de alguns sistemas de produção como por exemplo as cooperativas de trabalho e renda.

É importante salientar que cada um destes espaços requer requisitos adequados dadas as especificidades de cada contexto. Tendo em vistas uma realidade social multicêntrica no planejamento de sistemas sociais, estes requisitos são abordados por Ramos (1989) em sua Teoria Da Delimitação Dos Sistemas Sociais.

Segundo Ramos (1989, p.136), a expansão do mercado, hoje em dia, atingiu um ponto de rendimentos decrescentes em termos de bem-estar humano. *“Os resultados atuais da modernização, tais como a insegurança psicológica, a degradação da qualidade de vida, a poluição, o desperdício, a exaustão dos limitados recursos do planeta, e assim por diante, mal disfarçam o caráter enganador das sociedades contemporâneas”.*

O conceito de *unidimensionalização*, assim como o da qualidade de vida, nos remete ao da *multidimensionalidade* do ser humano, a nosso ver, fundamental para o entendimento deste trabalho. Assim, é necessário discutir com mais profundidade a concepção da essência humana. O ser humano é dotado de múltiplas dimensões, as quais, segundo Ramos (*op. cit.*), são três: mental, social e física. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde - OMS - corrobora esta afirmativa ao estabelecer o conceito de saúde como: *“um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.* Assim, o ser humano é dotado de uma força que lhe permite ordenar a vida em sua psique. Essa força é a **razão** descoberta pelos gregos no século IV a.C., e já abordada neste capítulo.

No exercício de sua dimensão *social*, o ser humano se relaciona com o seu ambiente por meio da convivialidade e do comportamento, aqui entendidos como a situação em que o coletivo se apropria da mente e do poder de escolha do indivíduo. O comportamento é uma característica que as pessoas têm em comum com os animais. É também uma forma de conduta ditada por imperativos

exteriores . Segundo Ramos, o comportamentalismo foi uma das ideologias mais utilizadas nos espaços de produção de bens e serviços por intermédio do uso rígido de regras e normas. Para o autor, uma verdadeira síndrome comportamentalista tomou conta das sociedades contemporâneas, síndrome essa que é normalmente interiorizada sem ser notada pelo indivíduo para fazer frente ao grande esforço psicológico a que é submetido. A esse respeito, Toffler (*apud* De Masi, 1999) assinala que, no início do século passado, era necessário que se criassem empregos de massa, educação de massa, recreação em massa e, logicamente, controle de massa.

No entanto, o ser humano nunca é totalmente socializado, mas um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais (Ramos, 1989, p.52). No exercício da convivialidade, o indivíduo se relaciona socialmente sem o constrangimento da norma. E o churrasco, o botequim, etc. são os espaços da vida humana onde prevalecem as relações em condições de igualdade, onde as pessoas se despem de suas máscaras e são elas mesmas.

O ser humano possui também uma dimensão física, que é fundamental para sua sobrevivência ao defini-lo como um ser biológico dependente de um ecossistema.

A alienação³ é necessária para a manutenção da sociedade de mercado. Uma pessoa alienada perde a sua capacidade de refletir e perceber criticamente a realidade. Na sociedade centrada no mercado, os prejuízos de ordem psicológica, decorrentes da unidimensionalização do ser humano, são enormes. Como subprodutos inerentes ao esforço psicológico a que é submetido o ser humano para se adequar à sociedade de mercado, ocorrem diversas patologias : apatia,

³ segundo Ramos, alienação é: privação de poder, reificação e auto-alienação. Ver mais em Ramos, A. "Administração e Contexto Brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. 2ª ed, Rio de Janeiro: Ed da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

alcoolismo, dependência de drogas, insônia, estresse, depressão, ansiedade, hipertensão, úlcera, cardiopatias e até propensão ao suicídio (Ramos, 172).

Outro aspecto negativo das sociedades centradas no mercado é o seu caráter excludente, sendo cada vez maior o número de pessoas que ficam à margem do processo de geração de riqueza. Esse quadro vem se agravando com o avanço tecnológico e com a automação do processo produtivo neste recente fim de século. Na atual sociedade, o salário continua sendo basicamente o único meio de distribuição de renda e, assim, cada vez menos pessoas têm o direito de participar da distribuição da riqueza.

Com base nesses fatos, dentre outros, é que diversos autores têm afirmado que o sistema de mercado é um paradigma que atualmente experimenta os seus limites e que precisa ser superado.

Nesta sociedade, o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma *política cognitiva* exercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. A ***política cognitiva*** é um conceito chave para a compreensão do fenômeno de adestramento das massas. A priori, política cognitiva significa política do conhecimento e, mais especificamente, o processo de determinados agentes, não claramente identificáveis, sobre o conhecimento ou sobre a percepção que as pessoas têm da realidade, para atingirem determinados objetivos :

“política cognitiva, para oferecer uma definição preliminar, consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (Ramos, 1989, p.89).

A função da política cognitiva é justamente “esconder” o caráter alienante e unidimensional da sociedade de mercado. Os instrumentos da imprensa – radio, televisão e jornal estão continuamente influenciando a interpretação que o povo dá a realidade.

2.4_ NECESSIDADES HUMANAS E A DINÂMICA DO MERCADO

Ainda no marco de uma investigação do ser humano, a seguir faremos uma análise das necessidades humanas e suas relações com o mercado.

Segundo De Masi (1999) , a mais conhecida e bem sucedida teoria sobre as necessidades humanas continua sendo a da socióloga húngara Agnes Heller, que classifica as necessidades em três categorias: *existenciais*, *fundamentais* e *alienadas*.

As necessidades ***existenciais*** são relacionadas à sobrevivência: alimento, descanso, reprodução. As ***fundamentais*** decorrem da própria origem da natureza humana : meditação, introspecção, amizade, amor, jogo e convivência. Trata-se de necessidades *qualitativas*.

As induzidas ou alienadas derivam do tipo de sociedade competitiva na qual vivemos, e se identificam com a exigência de poder, posse, dinheiro, acumulação *quantitativa* e interminável, visto que sua característica é, sobretudo, a de crescer mais do que o proporcional em relação à sua satisfação, provocando uma espiral sem fim. Na sociedade de consumo, o homem da *economia do ter* foi treinado e induzido a se comportar predominantemente segundo as *necessidades alienadas*, embora se realize, segundo a autora, através das *necessidades fundamentais*.

Encontramos em Ilich (in De Masi, 1999) uma visão mais ampliada do fenômeno do consumo. Para ele, o aumento da quantidade de produtos aguça simultaneamente a dependência dos consumidores, em função do adestramento proporcionado pelos produtores por intermédio das altíssimas somas de dinheiro investidas em propaganda, segundo modelos padronizáveis e homologatórios, obrigando os consumidores a abandonar todas as atividades dirigidas à autoprodução. Dessa forma, substitui-se o valor de uso pelo valor mercantil dos bens, e assim, a vida é cada vez mais regulada pelas mercadorias.

Por outro lado, a rápida obsolescência dos produtos produz impactos negativos para o meio ambiente e para o sistema social. Nesse sentido, o papel das inovações tecnológicas no incremento dos processos produtivos segue a lógica mecanicista do paradigma tradicional, segundo o qual o importante é, essencialmente, a produção da mais valia.

Nesse sentido, Gorz (*apud* De Mais, 1999) apresenta a pobreza como um processo no qual: " ...quando um bem que marcava de modo elitista uma minoria , é comprado e se torna objeto de massa, perde seu valor, o limiar da pobreza aumentará com a posse de um novo bem de luxo produzindo nos consumidores uma nova frustração" . Por isso para ele, somente deveria ser produzido o que não causasse humilhação no indivíduo. Nessa perspectiva a pobreza não é penúria, e significa por definição: *privação de fruições acessíveis a outros* (Gorz *apud* De Masi: 281).

2.5_ A QUESTÃO URBANA NO FINAL DO SÉCULO XX

Um grande esforço teórico vem sendo realizado na tentativa de identificar as características das cidades na globalização. Vários aspectos importantes vêm modificando o papel exercido por elas, em relação ao século XIX. Dentre eles, destaca-se a estruturação da economia mundial, marcada pelo processo de descentralização produtiva e recentralização do controle sob os fluxos de capitais, mudanças que têm redefinido o papel das políticas urbanas (Garcia, 1997).

Diante desse contexto de mudanças, quais são as políticas urbanas atualmente adotadas pelos governos das cidades?

Para Borjia e Forn (1996), a cidade deve ser “vendida” segundo atributos específicos, valorizados pelo capital transnacional. Esses atributos seriam: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, etc.

Segundo Compans (2000), aspectos como a acessibilidade e a qualidade de vida oferecidas são fundamentais para a escolha da localização das sedes empresariais.

Vainer (1999) faz uma crítica ao chamado *planejamento estratégico* no âmbito das cidades, a nosso ver, fundamental para a análise específica que, mais adiante, faremos sobre o caso de Curitiba, tendo em vista o modelo seguido e implementado pelo governo local aqui estudado, principalmente a partir dos anos 90 do século passado.

O argumento principal daquele autor é de que o planejamento estratégico vem ocupando o lugar do planejamento urbano do tradicional **padrão tecnocrático-centralizado-autoritário**. Ainda segundo Vainer (*op. cit.*), o modelo de planejamento estratégico de cidade, vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de agências multilaterais, como BIRD, HABITAT, e de consultores internacionais, sobretudo os catalães, que, por sua vez, se utilizam sistematicamente do “sucesso” de Barcelona.

Todo o embasamento teórico do planejamento estratégico, suas técnicas e metodologias são provenientes do planejamento empresarial, que é largamente produzido na HARVARD BUSINESS SCHOOL. De Masi (1999) enquadra o fenômeno da difusão do pensamento gerencial via SCHOOLBUSINESS como uma das formas colonizadoras da globalização. A tentativa de invadir todo o mundo conhecido com as suas idéias não é um fenômeno recente. Esta peculiar forma de globalização - a da colonização - tenta substituir as crenças, as linguagens e os modelos de vida locais por uma cultura única e universal. Segundo o autor, o pensamento gerencial difunde toda aquela guerra bárbara de todos contra todos, que as empresas chamam de competitividade e que atacam dia e noite, dentro e fora, nos níveis local e global. A melhor frase para sintetizar o pensamento acima, é, segundo De Masi:

"Toda manhã, na África uma gazela desperta. Sabe que deverá correr mais depressa do que o leão ou será morta. Toda manhã, na África, um leão desperta. Sabe que deverá correr mais do que a gazela ou morrerá de fome. Quando o sol surge, não importa se você é um leão ou uma gazela: é melhor que comece a correr" (De Masi, 1999, p.31).

Não é por acaso que a metáfora tem como cenário a savana africana, e feras como atores principais. Segundo Vainer, durante muito tempo, o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como *crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo*. A nova questão urbana teria, agora, como nexos centrais a problemática da **competitividade urbana**. Um dos pontos principais da análise do autor é o comprometimento de agências de cooperação e instituições multilaterais quanto à política de fomento ao modelo.

Outro aspecto fundamental refere-se ao "projeto de cidade" que deriva do planejamento estratégico. O discurso é estruturado sobre três elementos constitutivos e articulados entre si, e a cidade é vista como : ***uma empresa, uma mercadoria e uma pátria***.

No entender de Garcia (1999), os planos estratégicos têm por função a produção de imagens a fim de projetar a cidade no exterior:

".....os planos estratégicos, a nosso ver, são também verdadeiras fábricas de imagem, pois, mediante a necessidade de construir ou modificar as "images de marca" da cidade para projetá-la no exterior, se utilizam do marketing para promover seus principais "produtos..." (Garcia, 1999, p.1).

Nesse contexto, a produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formatação de novas estratégias econômicas e urbanas, orientadas essencialmente para a internacionalização das cidades. Por outro lado, segundo a autora, essa estratégia também está voltada para o plano interno, ao procurar a

construção de uma *ampla adesão social* a um determinado modelo de gestão e administração das cidades.

A cidade como **empresa** sai da forma passiva de objeto e assume o papel ativo de sujeito: “*as cidades em competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão* (Borja e Forn, 1996 p.33). Para entender a analogia da *cidade empresa*, é necessário concebê-la como um agente econômico que atua no contexto de um mercado, o qual dita as regras e o modelo para a execução de suas ações (Vainer, 1999, p.5). Para Vainer, a mesma lógica reinante nas empresas estaria sendo utilizada na gestão das cidades. Essa lógica contempla o pragmatismo, o realismo, o sentido prático, sendo a produtivização sua única lei. Por outro lado, percebemos que a *cidade empresa* se limita a conformar-se com as tendências do mercado. E ressaltamos novamente o referencial teórico aqui utilizado, ao identificar mais uma de suas “**invasões**”, agora também no âmbito da *gestão das cidades*, com sua lógica implacável, anteriormente exposta em Ramos.

Ainda dentro da lógica do mercado, cabe ressaltar a importante constatação de Thompson, em 1967, ao identificar que o maior objetivo da organização é o da *sobrevivência*. Segundo o autor, uma empresa fará todo o “possível”, tudo o que estiver ao seu alcance para sobreviver no mercado. O que significa dizer que não importa se isso implique práticas ilegais, como, por exemplo, os chamados *lobbies* empresariais para conseguir esse objetivo. Nesses termos, se entendemos que as organizações nada mais são do que *processos coletivos funcionalmente racionalizados na busca do interesse próprio*, poderemos compreender melhor a “guerra dos lugares”, hoje travada pelas cidades no mundo globalizado.

A cidade **mercadoria** é uma das idéias mais correntes entre os neo-planejadores urbanos, num mercado cada vez mais competitivo, onde outras cidades também estão à venda. Por esse motivo, o *marketing* urbano é cada vez mais utilizado no processo de planejamento e gestão de cidades onde os

prefeitos, ao invés de exercerem o seu cargo, mais parecem vendedores ambulantes (Vainer, 1999, p.2). A venda da cidade se traduz na venda daqueles atributos específicos, valorizados pelo capital transnacional.

Por outro lado, Vainer (1999) exalta a necessidade da criação de um *consenso* para conseguir criar as condições de legitimação de um projeto, a seu ver radical, que subordina o poder público às exigências do capital internacional e local. Portanto, o sucesso do plano estratégico depende de que a cidade esteja unificada em torno a tal projeto. Surge, assim, a forte necessidade de insuflação do **patriotismo** de cidade, por parte do poder público, nos seus cidadãos.

*"Cabe ainda ao governo local a promoção interna da cidade para dotar seus habitantes de **patriotismo cívico**, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços **visíveis**, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população"* (Castells & Borja, 1996, p.160-grifo do autor) (in Vainer, 2000, p.9).

Vainer (*op. cit.*), não se surpreende ao constatar como as propostas dos planos estratégicos, sejam quais forem as cidades, se parecem tanto umas com as outras, uma vez que *"todas têm que vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais, que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades"* (Vainer 1999, p.3).

Sobre esse ponto, Moura e Garcia (1999) realizaram um estudo que mostra "as semelhanças" entre as políticas urbanas praticadas por duas cidades de origens tão distintas como Curitiba e Cingapura. Ambas, no intuito de atender aos requisitos internacionais de atratividade para captar investimentos, reproduzem uma seqüência de padrões e se orientam através do City Marketing. Para alcançar tal objetivo, essas cidades procuram ser **modelo** em soluções urbanísticas. O quadro a seguir mostra as semelhanças e correspondências entre os modelos:

QUADRO 1

Semelhanças entre modelos de cidades no atual contexto de competitividade urbana.

CINGAPURA	CURITIBA
Cidade modelo	Cidade modelo
Cidade sustentável	Cidade sustentável
Cidade planejada	Cidade planejada
Global city	Cidade de Primeiro Mundo
Cidade jardim	Capital ecológica
Cidade equatorial por excelência	Capital brasileira da qualidade de vida
Cidade multiétnica: "Where the world comes together"	Curitiba de todas as gentes
Cidade de alta tecnologia	Cidade saudável
New Asia Cingapura	O Brasil urbano que deu certo

Fonte : Moura e Garcia

2.6_ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nas últimas décadas, o meio ambiente vem atraindo, cada vez mais, a atenção de todo o mundo. Embora incipiente, já é notado um amplo movimento pró-ecológico na sociedade, principalmente a partir do recente decênio.

Atualmente, podemos reconhecer três grandes correntes: o *socio-ambientalismo*, o *eco-industrialismo* e a *ecologia profunda*.

O *socioambientalismo* valoriza a multidimensionalidade da vida e prevê a construção de um meio ambiente na qual a relação homem-natureza, segundo Bradenburg (1997), é mediada por múltiplas racionalidades e não apenas pela econômica. Nessa vertente encontra-se um dos mais importantes movimentos sociais da atualidade, o das ONGs, que vem crescendo cada vez mais na sociedade. Segundo Bradenburg (*op. cit.*), o socioambientalismo é mais prático, pois não chega a negar os modelos atuais de produção científica. A esta linhagem pertence o chamado eco-desenvolvimento, concepção inicialmente desenvolvida por Sachs (*apud* Bradenburg, 1997), e que, mais tarde, foi incorporada à versão

do “desenvolvimento sustentável” encontrado no documento “Nosso Futuro Comum”.

O *eco-industrialismo* é a corrente mais conservadora, e que tem como propósito o controle e a dominação da natureza sem que se altere necessariamente a organização societal (Bradenburg, p. 63). É a manutenção da racionalidade econômica instrumental vigente, assim como o seu caráter expansionista.

Já a *ecologia profunda*, questiona o paradigma da modernidade ao propor uma ruptura com seus valores. Segundo Bradenburg, nesta vertente, situam-se os adeptos da ecologia profunda, cujo maior mentor é o físico Fritjof Capra⁴. Alphandery (*apud* Bradenburg, 1997), não defende a exclusividade pela opção de uma delas, pois, para ele, a questão reside em conciliá-las. É importante salientar que, as três vertentes podem ser encontradas em forma combinada, tanto entre os progressistas como entre os defensores da ordem social vigente.

“parece claro, porém, que, segundo as diferentes formas de classificação, o pensamento ambiental ou vincula-se a uma concepção de mudança que caminha em direção à transformação do sistema social ou a uma racionalidade relativa de sua organização” (Bradenburg, p. 67).

A partir dos anos 70 do século XX, alguns eventos marcaram historicamente a questão ecológica, contribuindo para sua maior divulgação na sociedade. Alguns de forma negativa, como, por exemplo, os famosos desastres ambientais de Bhopal (1970) na Índia, e Chernobyl (1980) na antiga União Soviética, respectivamente, o vazamento de pesticida e a explosão de reator nuclear; outros, na tentativa de alertar e propor soluções aos problemas ambientais já identificados internacionalmente naquela ocasião.

Logo em seguida, em 1972, é realizada a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo, abordando os aspectos

⁴ Capra é autor de inúmeras obras conhecidas, como “O Tao da Física” e a “Teia da Vida”, dentre outras.

técnicos relacionados à contaminação provocada pela industrialização, o crescimento populacional e a urbanização.

Em 83, é criada pela ONU a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, a qual foi presidida pela então Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Com o propósito de analisar as questões críticas do meio ambiente e do desenvolvimento, além de elaborar propostas baseadas na cooperação internacional que orientassem políticas e ações multilaterais, o CMMAD produziu e publicou, em 1987, o Relatório "Brundtland", denominado de "Nosso Futuro Comum", o qual foi apresentado à Assembléia Geral da ONU em 97. No relatório, a pobreza aparece como uma das principais fontes geradoras dos problemas ambientais no mundo. Outro aspecto relevante, é a crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, o qual é apresentado como impossível de ser copiado pelos subdesenvolvidos. O documento define o desenvolvimento sustentável como: *"aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades"* (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 46).

Cabe ressaltar que, embora existam inúmeras definições do termo, essa, do relatório, é a que mais se difundiu na sociedade.

2.7_ SUSTENTABILIDADE DO MEIO URBANO

A seguir, será feita uma explanação acerca das dificuldades de ordem teórica na abordagem entre os termos "urbano" e "desenvolvimento sustentável", ilustrando a distância que os separa numa possível congruência entre ambos. Na seqüência, mostrar-se-ão as principais matrizes discursivas associadas à sustentabilidade urbana.

Em “Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos?”, Costa (2000) analisa os conflitos e contradições existentes entre as análises ambiental e urbana. Inicialmente, é importante ressaltar que ambas têm origem em áreas de conhecimento diferentes, tendo convergido apenas recentemente sobre a proposta de desenvolvimento sustentável. Para aquela autora, há 20 anos, existia claramente uma área de estudos que tinha o urbano como seu principal objeto de análise. Hoje, a vanguarda da análise social crítica pertence aos chamados estudos culturais, os quais se debruçam sobre temas como raça, gênero e sexualidade, dentre outros.

Um segundo aspecto contraditório entre os termos apontados pela autora é a associação do padrão de urbanização e seu correspondente planejamento urbano à consolidação de um determinado projeto de modernidade (e seus males), hoje duramente questionado: *“nessa perspectiva, modelos urbanísticos, assim como o próprio planejamento urbano, são vistos como formas de manutenção e/ou de organização, em nível de espaço dessa mesma modernidade”* (Costa 2000, p. 58).

Considerando que a preocupação ambiental surge justamente no bojo de uma ampla crítica a esse projeto de modernidade, temos aqui uma forte evidência que, se não é uma barreira, constitui-se em um sério obstáculo a ser ultrapassado. Ainda no plano teórico, Acseirad (1999) contribui para o entendimento da sustentabilidade no meio urbano ao fazer um mapeamento das principais matrizes discursivas da sustentabilidade urbana.

Uma delas é a representação **tecno-material** da cidade, que é vista como um sistema termodinâmico aberto:

“Na perspectiva da eficiência especificamente material, a cidade sustentável será aquela que, para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais e satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos” (Acseirad 1999, p. 82).

Sob essa ótica, caberia ao planejamento urbano minimizar a degradação energética. A representação da cidade que a lê como matriz *tecno-material* propõe uma recomposição das cidades com base em modelos de eficiência eco-energética ou de equilíbrio metabólico aplicado à materialidade do urbano. Para Acselrad (1999), essa representação aponta para novos modelos técnicos do urbano, os quais estariam fundados na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de materias-energias. Dessa forma, a idéia da eficiência eco-energética pretende estender a racionalidade econômica vigente. Aquele autor alerta para o fato de que uma abordagem estritamente material das cidades tende a descaracterizar a dimensão política do espaço urbano. Segundo ele, o que temos atualmente são distintas representações e valores associados à noção de sustentabilidade, e que, por sua vez, geram discursos na busca pela expressão mais legítima: *“Em síntese: a luta em torno a tal representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras de sustentabilidade”* (Acselrad 1999, p. 80).

Apesar do expressivo esforço das ONGs, o discurso econômico foi o que, até agora, melhor se apropriou da noção de sustentabilidade.

CAPÍTULO 3- A Qualidade de Vida Discursada em Curitiba

3.1 INTRODUÇÃO

O capítulo começa com uma visão de Curitiba através do resumo de sua evolução urbana dos anos 70 aos anos 90 do século XX. Segue com a apresentação sucessiva do discurso da QV - Qualidade de Vida - nas três gestões do período entre 1989 a 2000 (Lerner 1989-1992, Grecca 1993-1996 e Taniguchi 1997-2000). À medida que as gestões forem sendo apresentadas, irá-se proceder à análise dos indicadores encontrados nos discursos.

3.2 EVOLUÇÃO URBANA DE CURITIBA

Localizada na América do Sul, e com uma área de 432,17 km² a cidade de Curitiba⁵ (ver figura 1) foi fundada em 29 de março do ano de 1693, com o nome de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Naquela época, tratava-se de uma vila formada por aproximadamente 90 famílias, que viviam em casas de pau-a-pique, cobertas com folhas de butiá⁶. Em 26 de julho de 1854, a cidade passa a ser Capital da Província do Paraná. Até a década de 40 do século XX, Curitiba mantém as características de uma cidade provinciana. Com a ocupação do norte do Estado em consequência do crescimento da economia baseada na produção de café, novos investimentos são realizados na cidade, iniciando-se um processo de transformação em sua estrutura urbana⁷. Em 1943, é encomendado ao arquiteto francês Alfred Agache um plano diretor para a cidade. Nasceu, assim, o Plano Agache (ver figura 2), que dividia a cidade em zonas funcionais

⁵ De origem indígena, a palavra Curitiba significa "muitos pinheiros".

⁶ Luiz Carlos Ribas de Andrade. *Conheça Curitiba*. Curitiba: Estética, 1997, p.4.

⁷ INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Curitiba em dados, Curitiba: IPPUC, 1996. 247 p. vii

(educacional, cívico, militar, industrial e residencial), interligadas por um sistema radial de vias. Em função de um acelerado e imprevisível crescimento da cidade, assim como dos parâmetros excessivamente rígidos do Plano, este ficou rapidamente obsoleto surgindo a necessidade⁸ premente de se reorientar o crescimento da cidade.

Isso foi possível em 1964, quando a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) recomendou um novo plano diretor para o município. Dessa forma, a prefeitura abriu concorrência nacional entre empresas de arquitetura e urbanismo, sendo escolhida a SERETE, de São Paulo que realizou o Plano Preliminar de Urbanismo (PPU - 1965).

Para a execução do PDU, foi criada ainda em 1965, a APPUC - Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, que nesse mesmo ano, deu origem ao IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, uma autarquia municipal, cujas atribuições eram a implantação do Plano, assim como a elaboração e o detalhamento de projetos específicos, como loteamento, zoneamento, entre outros (IUPERJ; 1974; p. 58). O fato de ser, ao mesmo tempo, um órgão planejador e executor, é um dos aspectos institucionais fundamentais para o sucesso do planejamento urbano em Curitiba, sendo, inclusive, um dos traços diferenciadores em relação ao de outras cidades brasileiras. Outro ponto a ser destacado é a continuidade político-administrativa à frente da prefeitura. Somente Jaime Lerner ocupou o cargo durante três gestões: 1971-75, 79-83, 88-92.

O PDU estabeleceu diretrizes para o crescimento da cidade com base no zoneamento, transporte coletivo e sistema viário básico. Através da regulamentação das áreas e dos parâmetros de ocupação, o zoneamento (ver

⁸ Dentre os problemas urbanos verificados naquela época encontram-se: as inundações do centro da cidade, o mau estado da rede viária, a deterioração do centro, loteamentos clandestinos (IUPERJ/MINTER, p. 19-24).

figura 3) pretendia racionalizar o uso do solo. O sistema viário básico foi pensado a partir de eixos estruturais que tangenciam o centro da cidade e se estendem nas cinco direções de crescimento da "urbe". Seguindo essas linhas de planejamento, Jaime Lerner consegue executar, já na sua primeira gestão (1971-74), a parte essencial do PDU ao implantar os projetos elaborados pelo IPPUC. Dentre eles, podemos citar a pedestrianização do centro, através do fechamento de algumas ruas centrais para o tráfego de automóveis; a criação de bosques, parques e praças, aumentando consideravelmente os índices de área verde e modificando a paisagem urbana; a criação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC. Também datam daquela gestão as vias estruturais ou sistema trinário, composto por três vias paralelas: uma central, exclusiva para o transporte coletivo; duas pistas laterais, destinadas ao tráfego lento; e mais duas vias laterais de mão única, com sentidos contrários para o tráfego intenso de veículos.

É importante salientar que essas intervenções no espaço da cidade, além de terem sido implantadas numa única gestão, foram consolidadas nas subseqüentes, de Saul Raíz e, novamente, Jaime Lerner, fazendo com que o Plano tivesse sido implantado de forma irreversível⁹.

A década de 80 do século passado foi um período difícil para a economia brasileira, razão por que é mais conhecida como a "década perdida". O país entrou em recessão econômica, com estagnação de crescimento das atividades de diversos setores. Apesar disso, o Paraná apresentou ganhos em sua economia, em função da expansão das atividades do setor agrícola (Rolim, 1995, p.60).

Em termos urbanos, Curitiba continuou sua trajetória de "equipar" a cidade nos âmbitos da educação, recreação, terminais de transporte e abastecimento.

⁹ OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o Mito da Cidade Modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

para isso, foram implantadas novas áreas de lazer, como ciclovias, bosques e parques; projetos de embelezamento, paisagismo, restauração e preservação histórica, dentre outros. É dessa forma que Curitiba chega ao final do século XX com um padrão urbanístico estabelecido, sendo definida como a cidade funcional e bem planejada que "deu certo" no país.

Um outro aspecto importante a acrescentar é que tudo isso ocorreu apesar da cidade apresentar uma das taxas mais altas de crescimento populacional do Brasil. Desde os anos 50 até os anos 80 do século XX, sua população vem quase que duplicando a cada década (vide tabela abaixo).

TABELA 01

MUNICÍPIO DE CURITIBA – POPULAÇÃO TOTAL 1950/2000

ANO POPULAÇÃO

1950 180.575

1960 361.309

1970 609.026

1980 1.027.975

1991 1.315.035

2000 1.476.253

Fonte: IBGE. Censos demográficos

O sucesso alcançado a partir das experiências urbanas consolidou uma base de sustentação forte o suficiente para alavancar as novas políticas urbanas implementadas a partir da última década do século XX, quando Curitiba passa a ser também conhecida internacionalmente através dos prêmios recebidos pela ONU, referentes ao programa de reciclagem "lixo que não é lixo" e ao eficiente sistema de transporte coletivo, sendo noticiada freqüentemente em todos os jornais do país e do mundo. É nessa década que o projeto de cidade com pretensão globalizante se torna realidade aos olhos do mundo.

Apesar de todo o êxito obtido, o entorno imediato de Curitiba não escapou ao modelo de urbanização acelerado e caótico característico da maioria das

grandes cidades dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, Curitiba é a cidade pólo de uma região metropolitana (ver figura 4) bastante heterogênea e complexa. A Região Metropolitana de Curitiba, além de ter apresentado a segunda maior taxa de crescimento populacional das regiões Sul e Sudeste (5,8% a.a), devido, principalmente, ao êxodo rural, essa ocupação aconteceu de forma insustentável e comprometendo a fama de cidade modelo.

“Curitiba convive com problemas típicos das grandes metrópoles: racionamento de água, condições de saneamento inadequadas, trânsito congestionado, violência crescente, favelas e moradias em áreas de risco. A cidade vem crescendo de forma rápida e desordenada. Isto sinaliza para a urgência da revisão do seu plano diretor... O atual plano diretor foi concebido numa época em que Curitiba tinha aproximadamente 400 mil habitantes e a sua malha urbana não está conectada a cidades da região metropolitana”(Samek, 1996, p. 75).

Curitiba como modelo de cidade a ser seguido, vem sendo duramente questionada nos últimos anos por um número cada vez maior de pesquisadores. As principais críticas dirigem-se à falta de participação política da população no processo decisório de gestão urbana e de integração com sua região metropolitana.

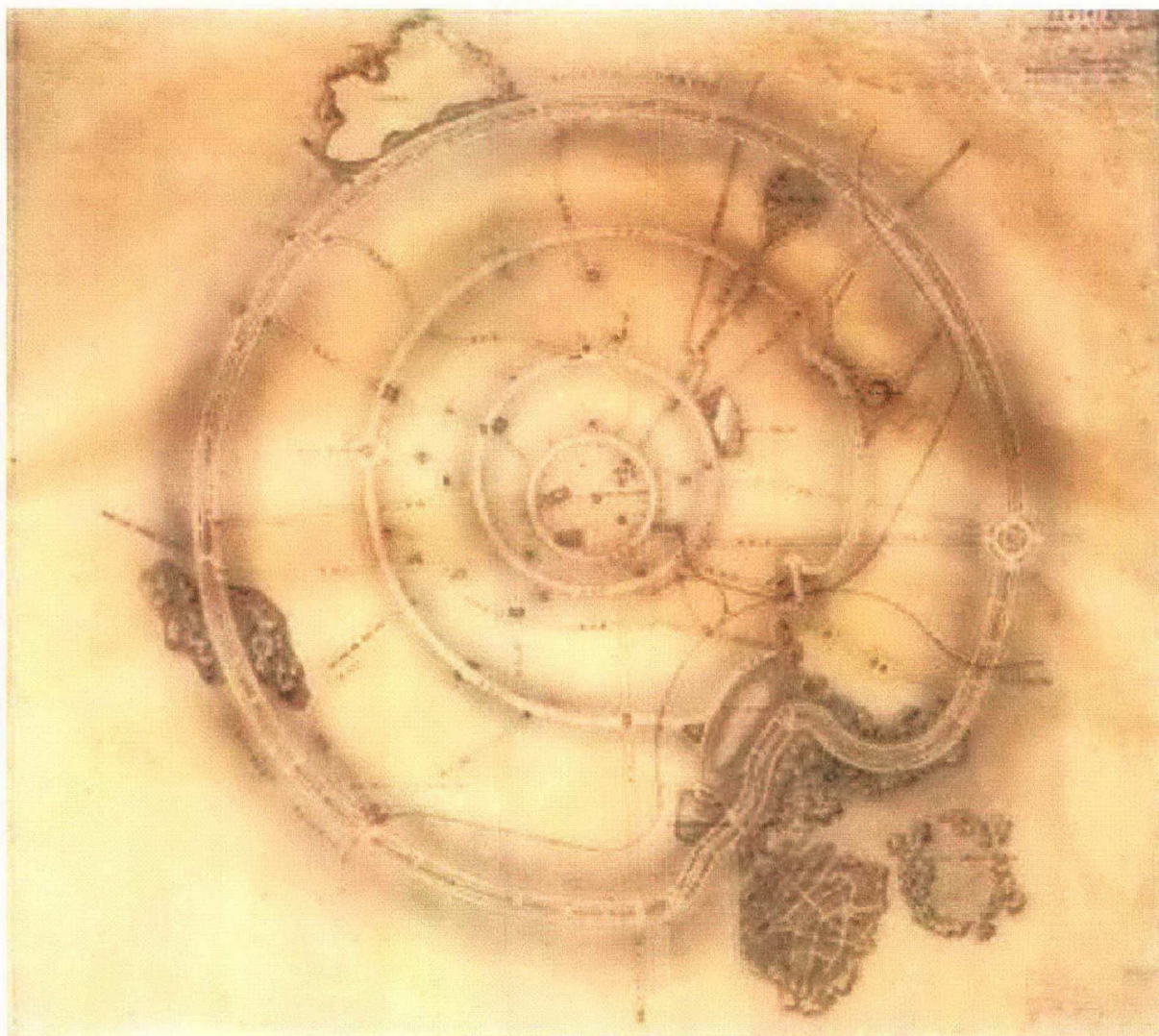
Após tantas mudanças e com o recente impacto da chegada das montadoras de automóveis (Renault, Nissan, Audi, Volkswagen, Chrysler) à Região Metropolitana, Curitiba chega ao novo milênio com 1.586.898 habitantes e, conseqüentemente, diante de uma nova realidade muito mais complexa e desafiadora do que aquela identificada no início dos anos 70 do século passado.

FIGURA 1: "Curitiba - Localização"



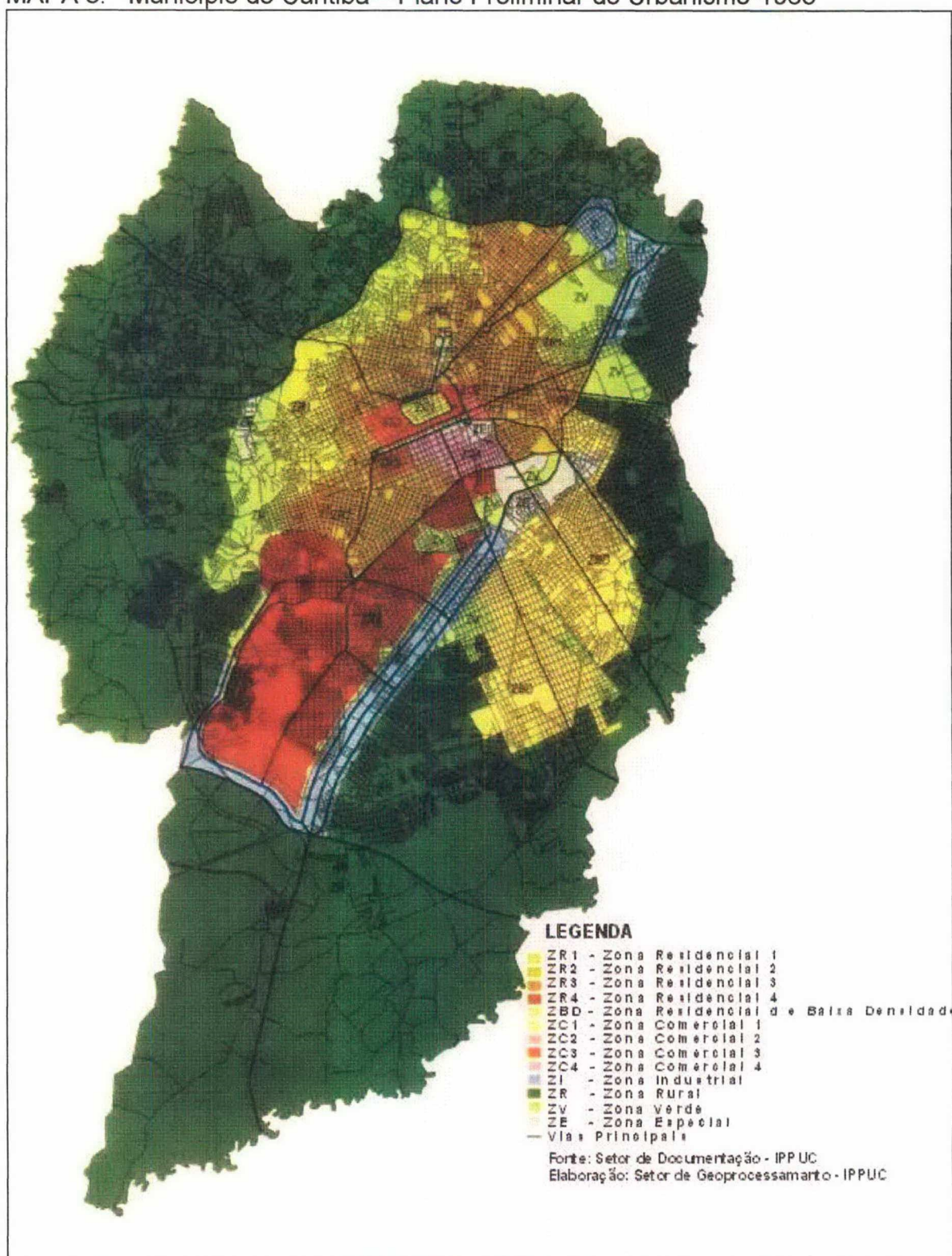
Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

FIGURA 2: "Plano Agache"



Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

MAPA 3: Município de Curitiba – Plano Preliminar de Urbanismo-1965



Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

3.3 A GESTÃO "ECOLÓGICA" JAIME LERNER (1989-1992)

Em 1989, Jaime Lerner assume pela terceira vez a prefeitura de Curitiba, deixando claramente, desde o início do mandato, qual seria a tônica do seu governo:

"na posse, em janeiro de 1989, ao apresentar o logotipo de sua administração, Lerner indica a mudança programática a ser implementada. O nome da cidade aparece preto, sobre fundo branco, perpassado por uma folha verde, tendo abaixo os dizeres: capital ecológica" (Bega, 1997, p.7).

Nesse sentido, a maioria de seus projetos estará relacionada com a questão ecológica, que constituirá o seu eixo central de prática administrativa e discurso:

".....Câmbio Verde (para troca do lixo por comida nas favelas), A Universidade Livre do Meio Ambiente (espaço para treinamento dos quadros públicos e de empresas privadas em questões ambientais e preservacionistas); Tudo Limpo (programa de emprego temporário, através da prefeitura, para limpeza de ruas e pó de terrenos baldios); Coleta Seletiva de Lixo, cujo "slogan" era "Lixo que não é lixo, não vai pro lixo: SE-PA-RE", contendo a folha do logotipo da gestão como hífen" (Bega, 1997, p.7).

Segundo Oliveira (2000), não é por acaso que a ênfase da terceira administração de Jaime Lerner se desloca do planejamento urbano para as questões ambientais e as realizações de ordem "estética". Isso se deve a um vasto movimento de crítica à arquitetura e ao urbanismo modernista verificado a partir de 1973, ao amplo e crescente destaque que a questão ambiental vem alcançando nos dias de hoje, esta, inclusive, contando com expressivo aporte de recursos de origem internacional. Com relação, especificamente, aos projetos de ordem estética, Harvey (*apud* Oliveira, 2000), foi um dos primeiros a perceber que o uso da arquitetura pós-moderna no período recente, tendo em vista a realização de espetáculos¹⁰ urbanos, é um instrumento indispensável na

¹⁰ Sobre a espetacularização dos espaços urbanos em Curitiba, ver mais em GARCIA, F. S. - *Cidade Espetáculo, Política, Planejamento e City Marketing*- Ed. Palavra. Curitiba 1997.

competição pela atração de investimentos entre as cidades (Oliveira, 2000, p. 59). Nesse sentido, alguns projetos arquitetônicos "espetaculares" foram realizados em Curitiba naquela gestão, como a Rua 24 Horas, o Jardim Botânico e a Ópera de Arame¹¹. É necessário ressaltar que houve outras intervenções urbanas nas áreas social, econômica e cultural, porém, essas foram as que realmente marcaram a arquitetura da cidade, sendo, inclusive, utilizadas como "cartões de visita".

Outros acontecimentos também influenciaram o cotidiano da cidade, como a realização do Fórum Mundial de Cidades na capital paranaense, preparativo para a ECO 92 que por sua vez, foi o grande evento ecológico daquele ano. Salientamos que, paralelamente a esses acontecimentos, também são noticiados com certa regularidade alguns índices negativos da capital paranaense, e prejudiciais à qualidade de vida, como a questão da pureza do ar e o alto número de acidentes de trânsito, sendo este um dos sérios problemas que a cidade enfrenta. A taxa de acidentes é a mais alta no país. Em 1995, 409 pessoas morreram e 8.209 ficaram feridas nas ruas de Curitiba, e as causas mais comuns são: *o excesso de velocidade, o desrespeito à sinalização, a transgressão às normas de trânsito e o uso de bebidas alcoólicas*¹². Para termos uma idéia da distância que separa Curitiba de países do Primeiro Mundo, enquanto que países como EUA e Japão possuem índices, respectivamente, de 7,5 e 1,9 mortos por 100.000 hab, a cidade tem uma média de 39,39 mortos por 100.000 hab para os anos de 1992 a 97. Em 98, com a vigência do novo CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, esse índice caiu para 22,51.

¹¹ A Ópera de Arame é um teatro situado no bairro do Pilarzinho junto a uma pedreira desativada. A Rua 24 Horas é fechada (tamanho de um quarteirão) ao trânsito de veículos, com lojas de comércio e serviços. O Jardim Botânico é um parque com 178.000m² contendo ciclovias, quadras de esporte e um viveiro para a reprodução de mudas. Ver mais detalhes sobre arquitetura destes em " *Curitiba: uma cidade moderna com faces pós-modernas*" . Esther Cardoso Candelori - monografia de conclusão de curso de ciências sociais-UFPR.1994.

¹² SAMEK, J. *A Curitiba Do Terceiro Milênio*. Curitiba: Ed. Palavra, 1996.

Avançando um pouco mais no discurso, observamos que a expressão "qualidade de vida" poucas vezes aparece nele durante os quatro anos dessa gestão, seja em revistas, jornais e/ou relatórios anuais da prefeitura. E quando isso acontece, vem junto aos "índices ecológicos" alcançados pela capital paranaense, confirmando o vínculo da QV à questão ecológica no referencial teórico utilizado anteriormente neste trabalho. Um deles é o da reciclagem de lixo e tudo o que gira em sua volta, como veremos mais adiante. O outro é o de áreas verdes alcançado por Curitiba desde os anos 70, mais especificamente o da metragem quadrada de área verde por habitante, sem dúvida o mais utilizado e divulgado, sistematicamente, pelo discurso oficial. Este aspecto é ilustrado expressamente, por exemplo, numa das publicações oficiais do município: *"Curitiba entendeu, por exemplo, que a qualidade de vida de seus habitantes estava relacionada com a quantidade de verde na cidade..."*¹³

Em 4/junho/1989, no discurso de lançamento da Semana do Meio Ambiente, o índice é apresentado sob a forma qualitativa:

"Curitiba, uma cidade de consciência limpa, vai comemorar a Semana do Meio Ambiente com muitas notícias boas. Notícias que já fizeram da cidade um exemplo para o mundo, escrita no verde intenso de parques, praças, fundos de vale preservados,... Por estas, e por muitos motivos que estão brotando, é que a capital do Paraná agora é também capital ecológica do Brasil. Vamos festejar" (O Estado do Paraná, 4/6/89 p. 8).

Com relação ao lixo, ainda no início da gestão, entusiasmado com o tema após recente visita ao Japão, o prefeito afirmou: *"É de entusiasmar. Nunca achei que o lixo fosse tão fascinante assim"*¹⁴.

Dessa forma, foi lançado pioneiramente, em 1º de fevereiro de 1989, e em caráter experimental, o projeto de coleta, compra e reaproveitamento de lixo doméstico idealizado pelo então secretário municipal Hitoshi Nakamura. Sobre os

¹³ IPPUC, *Memória da Curitiba Urbana*, Curitiba, 1992.p.4 .

¹⁴ jornal "O Estado do Paraná" 20/4/89.

impactos esperados, Lerner discursou: *"Nós vamos resolver o problema da saúde, melhorar as condições ambientais e econômicas"*¹⁵.

O "lixo que não é lixo" teve por objetivo a separação dos dejetos domésticos na moradia, visando aumentar a vida útil do aterro sanitário da Cachimba. O programa consiste em separar previamente o lixo orgânico, composto por restos de comida, alimentos, papel higiênico, etc., do inorgânico, constituído de papel/papelão, vidro, plástico, metais e ferrosos. Esse serviço coletou cerca de 46 toneladas de lixo/ dia em 2000.

Para resolver a crise socioambiental até o final daquele ano (1989), era intenção do prefeito que todos os projetos ecológicos associados ao Programa de Educação Ambiental estivessem difundidos entre a população. Outro objetivo era aproveitar **60%** de todo o lixo produzido na cidade, equivalente a **420** toneladas diárias. Lerner pretendia resolver o problema por meio da construção de duas usinas, medida associada à educação sanitária da população, embora, já naquela época, ele sentisse uma maior dificuldade na conscientização das camadas de maior poder aquisitivo: *"As populações pobres já dividem o lixo, vendendo papel e o vidro velhos. Falta esclarecer agora a classe média e alta"*¹⁶.

Em junho de 1991 foi lançado o *Câmbio Verde*, programa derivado do *O lixo que não é lixo*, e que consiste na troca de materiais recicláveis por produtos hortigranjeiros. Este é outro programa importante que, atualmente, conta com 61 pontos de troca, beneficiando cerca de 18.203 pessoas mensalmente. Todo o material recolhido nos pontos de troca, localizados em pátios de supermercados, órgãos municipais, associações de moradores, dentre outros, é enviado à Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Recicláveis¹⁷ ou a depósitos credenciados, para ser separado, estocado e vendido.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Jornal "O Estado do Paraná", 20/4/89.

¹⁷ Localizada em Campo Magro, a 30 km de Curitiba, a unidade recebe diariamente o material coletado nos programas "O lixo que não é lixo" e "Câmbio Verde", sendo administrada pela FAS -

A Tabela 2 mostra a média diária coletada de materiais recicláveis pelo programa " *Câmbio Verde* " e o Caminhão do " *lixo que não é lixo*", e a tabela 3 apresenta a quantidade geral da coleta domiciliar (lixo orgânico e inorgânico).

TABELA 2

Coleta Anual do Lixo Domiciliar – Lixo Orgânico e Inorgânico – (1989-2000)

ANO	1989*	1990	1991	1992	1993	1994
TONELAGEM	175.182	188.629	200.768	201.439	214.646	231.791
TON/DIA	583,94	628,76	669,23	671,46	715,49	772,64

Cont.

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
TONELAGEM	269.132	316.466	347.154	360.297	362.083	365.573
TON/DIA	909,49	1.054,89	1.157,18	1.200,99	1206,94	1.218,58

Fonte: Departamento de Limpeza Pública de Curitiba

Fundação de Ação Social. Os materiais: papel/papelão, plástico e latas de alumínio, são prensados, estocados e vendidos às indústrias para produção de novas embalagens. Outros materiais, como sucata de ferro, também são estocados e vendidos. O restante ou *Rejeito* é destinado diariamente ao Aterro Sanitário da Cachimba. Os recursos provenientes da venda são aplicados pela fundação em obras assistenciais. " *Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Curitiba*". SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente-Departamento de Limpeza Pública. A Apostila, de janeiro/ 2001. Curitiba.

TABELA 3

Coleta de Materiais Recicláveis (1989-2000): Caminhão *Lixo que não é lixo* e Programa *Câmbio Verde*

ANO	1989*	1990	1991	1992	1993	1994
TONELAGEM	1.045,22	5.162,69	7.279,42	8.048,34	9.556,30	9.371,34
TON/MÊS	348,41	430,22	571,00	670,70	796,36	780,95
TON/DIA	13,94	17,21	22,84	26,82	31,85	31,24

Cont.

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
TONELAGEM	11.109,56	14.874,35	18.539,99	21.580,58	20.906	17.827
TON/MÊS	942,89	1.286,12	1.545,0	1.798,57	1.742,16	1.485,67
TON/DIA	37,72	51,44	61,80	71,94	69,69	59,43

Fonte: Departamento de Limpeza Pública de Curitiba

(*) Ano em que começou o Programa *Lixo que não é Lixo*, a partir de outubro.

(**) Ano em que começou o Programa *Câmbio Verde*, a partir de dezembro.

É possível extrair da tabela acima que a Prefeitura coletou 4,8% de materiais recicláveis do total de lixo coletado diariamente. Considerando que é de, aproximadamente, 38%¹⁸ a porcentagem de material reciclável em relação ao peso total de lixo, podemos chegar à conclusão que a maior fatia da coleta de materiais recicláveis cabe à atividade informal dos catadores, para os quais a Prefeitura não possui histórico estatístico. Segundo pesquisa recente do Departamento de Limpeza Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (não tivemos acesso à metodologia utilizada), foram cadastrados 2769 (dois mil, setecentos e sessenta e nove) catadores de materiais recicláveis, sendo que cada um recolhe, diariamente, das ruas 135 (cento e trinta e cinco) quilos de resíduos recicláveis, aproximadamente. Apesar da variabilidade em relação à quantidade de lixo recolhido por eles, com base nos dados anteriores, podemos estimá-la em

¹⁸ "Os programas brasileiros de coleta seletiva têm como alvo básico materiais recicláveis como papel, plástico, vidros e metais. Juntos, estes compõem cerca de 38% do peso do lixo, mas representa uma parcela significativamente maior em volume, que é o que ocupa espaço nos aterros...." (PÓLIS; 1998;p. 18).

374 toneladas/dia. Este valor, somado ao que é coletado pelos programas acima citados, representa 464 toneladas/dia e/ou 35% do total de lixo domiciliar recolhido diariamente.

É importante salientar que não consta do documento acima citado a informação, fundamental, de quanto do total de lixo é reciclado em Curitiba. No *site* oficial¹⁹ da Prefeitura informa-se que Curitiba recicla 13% do seu lixo, apesar de que alguns autores²⁰ estimem que 5% sejam um percentual mais correto.

Ainda com relação à reciclagem do lixo, e sem perder de vista a importância dos programas ambientais curitibanos na conscientização de sua população e na redução do lixo depositado nos aterros sanitários, é evidente que a realidade ambiental de Curitiba está muito distante da que é transmitida pelo discurso. O baixo e questionável índice da quantidade de lixo reciclado em Curitiba, assim como a sua estagnação, verificada no histórico estatístico apresentado anteriormente, e a falta de conscientização de grande parte de seus habitantes quanto à separação do lixo, denotam as limitações do poder público local quanto à resolução *satisfatória* da questão do lixo. Evidencia-se, assim, a necessidade de medidas de ordem mais ampla, nacionais e internacionais, sobre a atuação descontrolada dos vastos complexos empresariais no atual estágio da sociedade de mercado, que continuam a poluir e a contaminar o meio ambiente. Por outro lado, falta também um histórico estatístico confiável sobre aqueles que são responsáveis pela maior parcela de recolhimento do lixo na cidade: os catadores de lixo. Um dos problemas estaria na dificuldade em contabilizar com exatidão não só o número de catadores que atuam em Curitiba, como também o quanto eles "catam" realmente. O outro problema estaria na notoriedade de um grave problema social²¹ cada vez mais visível para a "capital brasileira da QV". Isso

¹⁹ <http://www.curitiba.org.br>

²⁰ Cleverson Andreolli, Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da UFPR. *Veja Paraná*, op.cit.,p.7.

²¹ Um aumento preocupante do número de catadores, que vem se acentuando nas cidades do Brasil, evidencia não só a problemática em torno do lixo produzido, mas a própria miséria a sua volta. Maulin, através

confirma a enorme distância que separa os termos "urbano" e "desenvolvimento sustentável", anteriormente analisada em Costa (2000). Corrobora também o referencial teórico em Acseirad (1999). Vigora aqui uma perspectiva de representação **tecno-material** da cidade, fundada na racionalidade econômica aplicada aos fluxos de matérias-energias. Alertamos para os riscos que essa idéia traz, ao pretender estender a racionalidade econômica vigente e todos os problemas decorrentes do paradigma econômico, ilustrados em Ramos (1989), no início deste trabalho.

Ao vinculá-la aos índices verdes alcançados na cidade, fica evidente, até aqui, que a QV do discurso veicula uma noção parcial do ser humano, ao considerar somente aquela relacionada aos fatores externos ao indivíduo²². Nesse sentido, a QV do discurso é inexpressiva da multidimensionalidade da pessoa, pois nos remete a uma visão unidimensional do ser humano, ou seja, a sua dimensão física.

Outro aspecto curioso do discurso ecológico das referidas gestões, incluindo a atual, está relacionado ao surgimento da questão ambiental em Curitiba. Alguns autores, como Menezes (1996), a exemplo da versão oficial, vinculam a institucionalização dessa questão à primeira gestão de Lerner, na qual Curitiba saltou, efetivamente, de um índice inferior a 1 m² de área verde por habitante, para 16 m², no final de 1974. Para aquele autor, embora não houvesse uma abordagem ecológica nos termos hoje conhecidos, já existia naquela época uma clara estratégia quanto ao tratamento do tema ambiental:

de um estudo comparativo das políticas públicas adotadas em Curitiba e Belo Horizonte para atender aos catadores de papel, além de mostrar a ineficácia da atuação da primeira quanto às más condições sociais desses trabalhadores nos últimos dez anos, contabilizou em sua pesquisa mais de 3000 catadores de papel desde a gestão. MAULIN, Gilfredo Carrasco. *Curitiba Belo Horizonte na Coleta de Políticas Públicas para os Catadores de Papel*. Monografia - Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. Curitiba -UFPR. 1999.

²² Segundo Withey (in Carmo, 1993), a outra noção da qualidade de vida estaria relacionada a fatores individuais, tais como : senso de realização, liberdade, etc., que são inerentes à percepção do ser humano.

"Na verdade, esse rearranjo funcional fazia parte de toda uma nova estratégia de ação diante dos "problemas ambientais" que a nova gestão procurava colocar em prática, muito embora eles não fossem tratados com base nesse conceito. Os "problemas ambientais" eram considerados no rol dos problemas que obstaculizavam o desenvolvimento econômico da cidade" (Menezes 1996, p.102).

O autor chama a atenção para o fato de que a preocupação, de ligar a problemática ambiental ao desenvolvimento socioeconômico tenha surgido em Curitiba antes mesmo da realização, em 1972, da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

No entanto, para Oliveira²³, partindo do pressuposto de que no início dos anos 70 do século passado, as preocupações ambientais não faziam parte do cotidiano (nem dos agentes governamentais, e muito menos da sociedade civil), o autor chega a constatação de que *"não houve uma causa única que explique e/ou justifique a ampliação de áreas verdes na cidade"*, ao contrário do discurso municipal, que afirma serem a qualidade de vida do curitibano e o meio ambiente o centro das políticas da PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba - desde o início da década de 1970.

Ao estudar a forma como os parques e bosques de Curitiba surgiram e foram incorporados às ações municipais para o meio ambiente, numa entrevista, Nicolau Kluppel (engenheiro sanitaria da Secretaria Municipal de Obras à época da construção de dois dos principais parques da cidade - Barigüi e São Lourenço) reconheceu, surpreso, que a principal causa para explicar a criação de alguns dos parques - **o combate às enchentes** - não estava presente nos discursos oficiais, mas que, de fato, eles foram construídos com recursos federais tomados para obras de saneamento urbano:

"... O financiamento dos parques São Lourenço e Barigüi foi conseguido através de um programa de drenagem - que é saneamento - do BNH. Nós não conseguimos recursos para fazer os parques; nós conseguimos os recursos para fazer a drenagem, e a justificativa dessa drenagem fui eu quem fez pessoalmente. Levamos SERETE,

²³ OLIVEIRA, Márcio de. *Meio ambiente e cidade: áreas verdes públicas de Curitiba*. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n.3, p.77-87, 1996.

que, baseada nessa justificativa minha, montou todo o programa e fomos ao BNH e conseguimos recursos para a drenagem. O programa era específico de drenagem" (in Oliveira, 1996, p. 81).

Esses parques têm como característica comum a presença de enormes lagos em seu interior, perfazendo aproximadamente 30% da área total, que foram construídos, principalmente, para solucionar o problema das enchentes. Assim, segundo o autor:

"Estes grandes lagos foram construídos tendo por função precípua conter e remediar o problema das enchentes. Foram emoldurados com áreas verdes públicas para sua própria proteção e controle, dando origem aos parques. A criação destes, portanto, havia sido fruto de uma ótima idéia de saneamento, mas não necessariamente de ecologia urbana" (Oliveira, p. 81).

Outra observação curiosa e importante, constatada pelo autor, é a atual ausência das questões do saneamento urbano e das enchentes dos rios de Curitiba nos discursos municipais, aparecendo, em seu lugar, as **"preocupações com a ecologia e com a qualidade vida"** (conforme referencial teórico anteriormente abordado). Essa afirmativa é confirmada em depoimento que o próprio Kluppel fez sobre o financiamento dos parques: "O BNH não tinha dinheiro para fazer parque, mas nós conseguimos o dinheiro justificando que os lagos iriam regular a drenagem e, ao invés de fazermos obras, fizemos os parques" (Memória da Curitiba Urbana, Curitiba, 1992, 32).

Ratificando o exposto até aqui, Oliveira, em sua pesquisa, aponta como o elemento chave que lançou a "filosofia ambientalista" o documento: *Escola Ecológica de Urbanismo*²⁴, editado em 1992. Segundo o autor, a partir desse momento todas as publicações da Prefeitura que tratam de temas ecológicos o fariam na linha definida por esse número. No postulado, fica evidente que a PMC teria uma política de meio ambiente desde os anos 70:

" Poucos se dão conta, entretanto, de que o meio ambiente primário do homem não era o planeta Terra nem a biosfera. O meio ambiente primário de cada um é a casa

²⁴ Número especial da Coleção Memória da Curitiba Urbana. *Escola Ecológica de Urbanismo*. Curitiba: IPPUC, Ed. Especial, 1992.

onde vive; a rua onde mora, a cidade onde reside. E que neste "o universo", em primeiro lugar, se deve construir as condições ecológicas da vida. Ou seja, é no ambiente imediato do homem que se precisa buscar o equilíbrio entre ele e a natureza, integração perfeita com todos os fatores ambientais, de modo a se garantir uma existência digna saudável.

Curitiba compreendeu esta verdade e começou a implantar há vinte anos. Talvez tenha sido a primeira cidade a desenvolver o que se poderia chamar de uma escola de urbanismo ecológico e, sobretudo dar-lhe lógica e consequência" (in Oliveira, 1996, p.80, grifos nossos).

Se, como vimos em páginas anteriores, os parques e bosques teriam surgido em função de causas múltiplas, como a questão das enchentes, dentre outras, aquele autor questiona a legitimidade do discurso referente à "filosofia ambientalista":

"Em termos formais, portanto, é impossível que os parques e bosques tenham como fundamento algo que os sucedeu no tempo. É lícito pensar, assim, que os parques e bosques da cidade contribuíram para a formulação dos postulados e não o contrário! Se assim o foi, os postulados só se tornaram realidade porque antes deles a cidade havia se dotado de um sentido verde, inspirado nos parques e bosques. Mas, após os postulados, a história dos parques e bosques teria que ser readaptada, como de fato o foi" (in Oliveira, 1996, p.85).

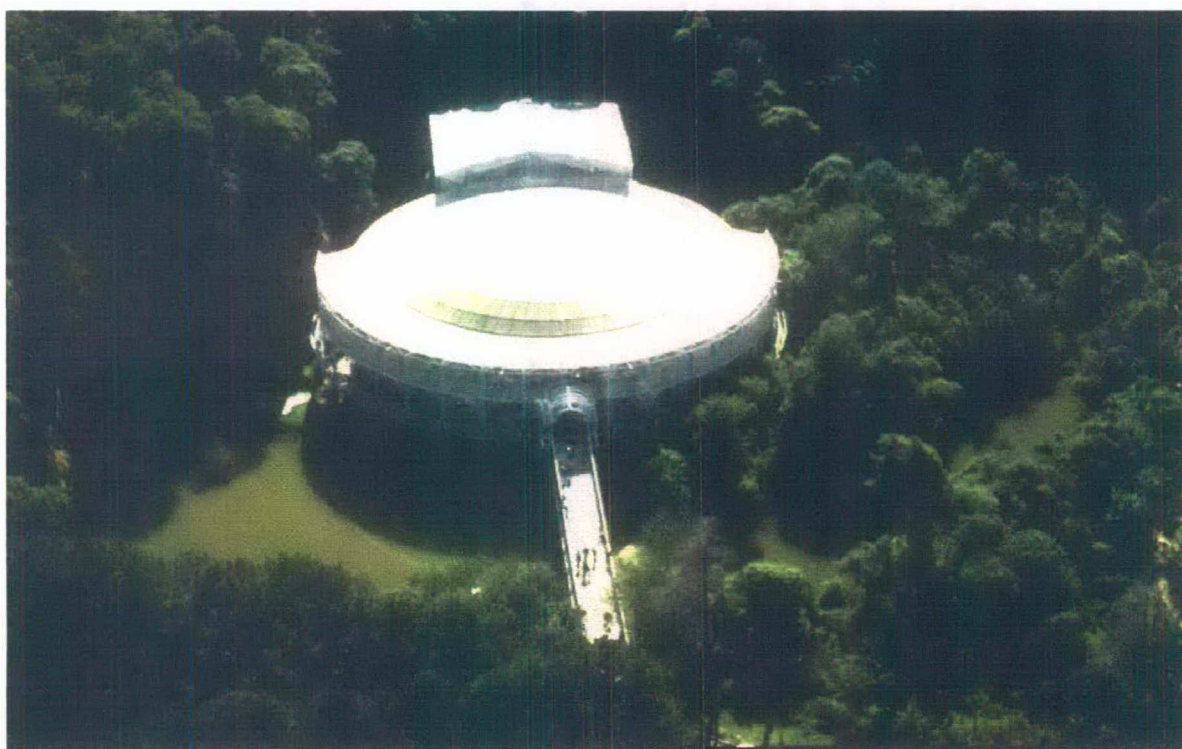
A construção teórica, forçada *a posteriori* pelo discurso oficial da cidade, nos postulados do chamado "urbanismo ecológico" evidenciada na análise acima, mostra novamente as dificuldades de ordem teórica de uma possível conciliação entre os termos "urbano" e "desenvolvimento sustentável", como expõe Costa (2000). O que existe, na realidade, é uma colagem do discurso do planejamento urbano nas temáticas emergentes da sociedade pós-industrial, ainda não sedimentadas, com o objetivo de alcançar o maior destaque possível.

FIGURA 5: “Jardim Botânico”



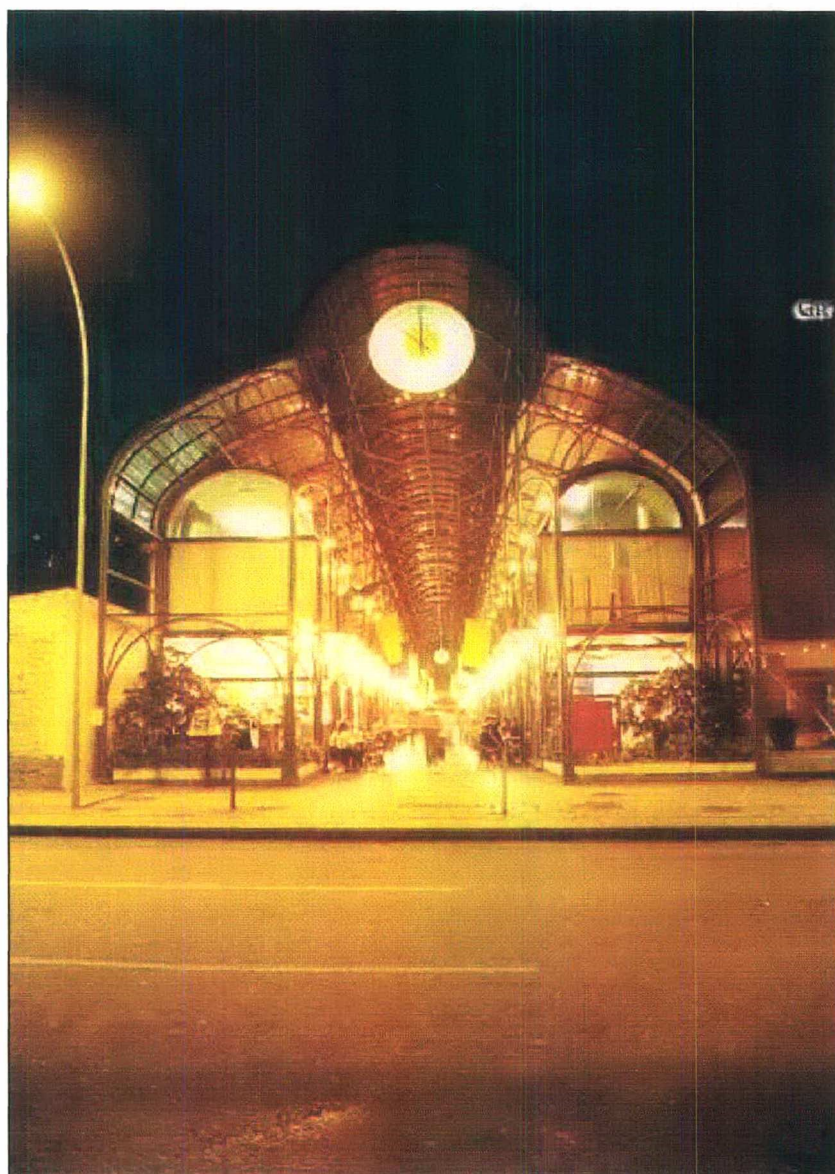
Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

FIGURA 6: “Ópera de Arame”



Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

FIGURA 7: “Rua 24 Horas”



Fonte: Acervo do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

3.4 A GESTÃO RAFAEL GRECA (1993-1996)

Dono de reconhecida cultura e famoso por sua língua "afiada", Greca adotou um estilo muito próprio de administração. Logo ao tomar posse da - PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba, o novo prefeito destacou, em um curto discurso, o seu compromisso de dar seqüência a administração de Jaime Lerner, dando prioridade à melhoria do *padrão de qualidade de vida* da população. Para isso, o novo prefeito abordou os problemas sociais, dizendo que: "temos uma ordem social perversa e vamos nos empenhar para manter a fama de Curitiba como de melhor cidade do país"²⁵

Assim, Greca dá continuidade à ênfase na política ecológica e na realização de obras marcadamente espetaculares e de grande efeito visual²⁶. Por outro lado, uma das diferenças em relação à gestão de Lerner é a dele ter feito importantes intervenções na infra-estrutura urbana da cidade como: a canalização de rios e a recuperação de ruas e avenidas. Porém, a grande marca dessa gestão vai ser os inúmeros eventos realizados por ocasião das comemorações dos 300 anos da cidade, sendo inaugurados, naquele período, vários monumentos em homenagem aos imigrantes que vieram para Curitiba e contribuíram para o seu desenvolvimento. É a partir dessa gestão que se constata, com maior freqüência, o uso do termo *qualidade de vida*, no discurso oficial.

Com relação à política ecológica, logo no início do mandato, Rafael volta a mencionar o índice da reciclagem de lixo, no lançamento do seu primeiro

²⁵ Gazeta do Povo, 5 de janeiro de 1993.

²⁶ Dentre as obras de maior destaque encontram-se: os "Faróis do Saber" as "Ruas da Cidadania" e o "Memorial da Cidade". A primeira, são pequenas bibliotecas de uso escolar e comunitário, espalhadas pelos bairros. A segunda, um conjunto de boxes que abrigam serviços típicos da Prefeitura, e alguns pequenos serviços oferecidos pela iniciativa privada como: cabeleireiro, chaveiro, etc. Tanto um como o outro têm como característica: a repetição do modelo arquitetônico nos bairros. A terceira, é um museu permanente da cidade destinado, também, para eventos especiais da Prefeitura.

programa à frente da Prefeitura. Trata-se da troca de lixo por cadernos escolares feitos com papel reciclado. Para atender à demanda de 70.000 alunos da rede municipal de ensino, com a coleta de lixo em torno de 650 toneladas naquela época, seria necessário aumentá-la, nas palavras do prefeito: *"precisamos aumentar a coleta para 1.910 toneladas mensais, para atender à demanda de cadernos"* (Gazeta Do Povo,05/01/93).

Ainda nessa gestão, outro fato marcante verificado na QV discursada em Curitiba pelos meios oficiais, é o da chegada das indústrias montadoras de automóveis para a - RMC - Região Metropolitana de Curitiba. Como foi visto antes, o mercado assumiu uma dimensão mundial e, no atual estágio da economia, as empresas passam a competir entre si, numa escala internacional. Por outro lado, o avanço das tecnologias de comunicação permite, através de estruturas telemáticas, que a produção das empresas seja realizada em países diferentes de onde é comandada.

Estes aspectos podem ser identificados com a rápida chegada das montadoras ao Brasil, nos anos 90 do século XX. Durante esse período, se instaurou uma verdadeira guerra de lugares, na disputa interestadual pela instalação dessas empresas. A RMC de Curitiba saiu vencedora. A RMC que, até os anos 80 do passado século, tinha como ramos de atividade econômica predominantes os setores mobiliário, madeireiro e alimentar; a partir de 1990, passa a contar, também, com os de eletro-eletrônico, e, mais recentemente, com esse ramo na indústria automobilística (Garcia,1997,p. 138). Verificou-se neste período uma intensa disputa interestadual no país.

Dentre as principais vantagens que a Região Sul do país apresenta, está a sua situação geográfica favorável, facilitando consideravelmente, uma possível integração com o Mercosul.

Segundo García, no ano de 1996, com a conclusão da vinda das montadoras, é, segundo Garcia, *"nessa disputa, que o tema das montadoras foi rapidamente incorporado pelo discurso dominante, passando a ser o grande eixo da propaganda oficial"* (Garcia,1997,p.142). Nesse contexto, a qualidade de vida é acionada, como um dos elementos centrais, na propaganda oficial da cidade.

Logo após ganhar a concorrência interna entre os estados, dentre as vantagens²⁷ que "fizeram a diferença", segundo o então governador paranaense Jaime Lerner , está a qualidade de vida em Curitiba:

"Oferecemos as mesmas vantagens que outros estados. Porém, ganhamos pela nossa qualidade de vida, modelo para o Brasil e para o mundo. O Paraná é esquina dos grandes corredores de ligação internacional, está muito próxima dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro"²⁸

"Foram quase seis meses de um trabalho sério, dedicado e competente. Agora o Paraná já pode comemorar: a Renault vai se instalar aqui, em São José dos Pinhais. Pesou, na decisão da fábrica francesa, a nossa qualidade de vida, modelo em referência ambiental em todo o mundo. Pesaram os investimentos que o governo está fazendo para aperfeiçoar nossa infra-estrutura, seja em portos, aeroportos ou rodovias"²⁹

No entanto, ao contrário da retórica oficial, para Garcia (1997) as generosas concessões do governo estadual no elevado volume de investimentos públicos em terreno, infra-estrutura e isenções fiscais, dentre outros, são os que, realmente fizeram a diferença. Essas concessões deverão diminuir, drasticamente, os recursos do governo para projetos na área social.

A utilização do Planejamento Estratégico é explícito em Curitiba, à luz do referencial teórico aqui utilizado anteriormente. Em Vainer (1999), fica evidente a estratégia de internacionalização da cidade, a partir das inúmeras publicações oficiais desta gestão, tendo em vista um melhor posicionamento no contexto de

²⁷ Os incentivos fiscais somados chegaram a cerca de R\$ 400 milhões.

²⁸ Folha de Londrina, 29/03/96 (in Garcia, 1997, p. 146).

³¹ *Ibidem*.

competitividade urbana propiciado pelo atual estágio da sociedade de mercado. Nesse sentido, a utilização da qualidade de vida como parte importante do instrumental na venda da cidade, foi claramente evidenciado em vários documentos. Dentre eles, podemos citar as publicações feitas pela Prefeitura de Curitiba no ano de 1996: *"Curitiba Desenvolvimento com Qualidade de Vida"*, *"Manual do Investidor"* e *"Informações Socioeconômicas"*.

Em *"Curitiba Desenvolvimento com Qualidade de Vida"*, a QV aparece junto a um histórico do desenvolvimento urbano da cidade, em especial, aos benefícios oferecidos por aquelas experiências urbanas bem-sucedidas e já consolidadas da década de 1970, como: o transporte, as vias estruturais, a rua das flores, a cidade industrial de Curitiba, dentre outras. Junto à inúmeras fotos de grandes empresas instaladas na cidade, e sem ser previamente explicitada quanto ao seu conteúdo, a qualidade de vida surge como elemento aglutinador de fechamento em relação a todos os benefícios apresentados (oferecidos). Consta no documento: *"a cidade reúne universidades, instituições de ciência e tecnologia, empresas modernas, **qualidade de vida**, enfim, todas as condições que criam um ambiente favorável ao desenvolvimento da inteligência"* (*"Curitiba Desenvolvimento com Qualidade de Vida"*. p.7 .PMC 1996).

A qualidade de vida oferecida e demais atributos são cruciais, para a escolha da localização das sedes empresariais e de centros de produção³⁰. Isso confirma a "leitura" e o uso explícito do planejamento estratégico de cidades, em Curitiba. Mais adiante, o documento arremata: *"a vocação de cidade internacional se consolidou quando Curitiba se tornou referência em urbanismo"* (*Ibdem*, p.12)

Confirmando a estratégia de venda da cidade, o "Manual do Investidor" ilustra Curitiba como uma empresa eficiente, detentora de inúmeros índices positivos:

³⁰ COMPANS, Rose. *O Paradigma das Global Cities nas Estratégias de Desenvolvimento Local*. em Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais Nº 1/maio de 1999. Nesse artigo, a autora trata das novas estratégias de desenvolvimento econômico para as cidades, no contexto da reestruturação produtiva.

QUADRO 2

Indicadores de qualidade de vida (Gestão Greca)

- PIB <i>per capita</i>	US\$ 5149
- Domicílios com ligação de água da rede	99,0%
- Domicílios com um ligação elétrica	99,0%
- Domicílios com ligação à rede de esgoto	51, 8%
- Domicílios com coleta de lixo	97,5%
- Mortalidade infantil (por 1000 nac. vivos)	20,3
- Cobertura vacinal básica	88,0%
- Taxa de alfabetização	94,5%
- Bibliotecas públicas	30
- Teatros	19
- Espaços culturais e museus	73
- Área de cobertura vegetal (por habitante)	52 m2
- Utilização do transporte coletivo urbano	75,0%
- Poluição do ar no centro da cidade	68 microgramas
- Número de homicídios (por 100.000 hab.)	10/ano
- Número de táxis com atendimento médico (sobre o total de 2000)	800

Fonte: "Curitiba Desenvolvimento com Qualidade de Vida". p. .PMC 1996

Apesar do índice de poluição do ar ser considerado um aspecto positivo da cidade, de acordo com o discurso oficial, é preciso fazer algumas considerações. A má qualidade do ar em Curitiba é notícia freqüente nos jornais, desde o início da década de 90 do passado século. Isso acontece, principalmente, nos meses de inverno. Dentre as causas essenciais estariam: a poluição provocada pelos ônibus e a inversão térmica, típica desse período. Mesmo assim, esse é um aspecto, raramente encontrado no discurso oficial da cidade, que merece uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto.

Uma outra constatação diz respeito à falta de indicadores específicos que espelhem o desenvolvimento humano e ambiental da cidade, nas suas diversas dimensões. Nesse sentido, a utilização do PIB *per capita* é insuficiente, enquanto indicador dessa natureza, já que expressa, apenas, atividades econômicas, ou melhor, o progresso econômico que, como foi visto anteriormente, é inadequado para medir o desenvolvimento humano e ambiental.

Por outro lado, acreditamos que, no limiar do novo milênio, alguns desses índices não representam mais um diferencial de bom padrão de qualidade de vida. Os percentuais de domicílios com ligações a rede elétrica e água, assim

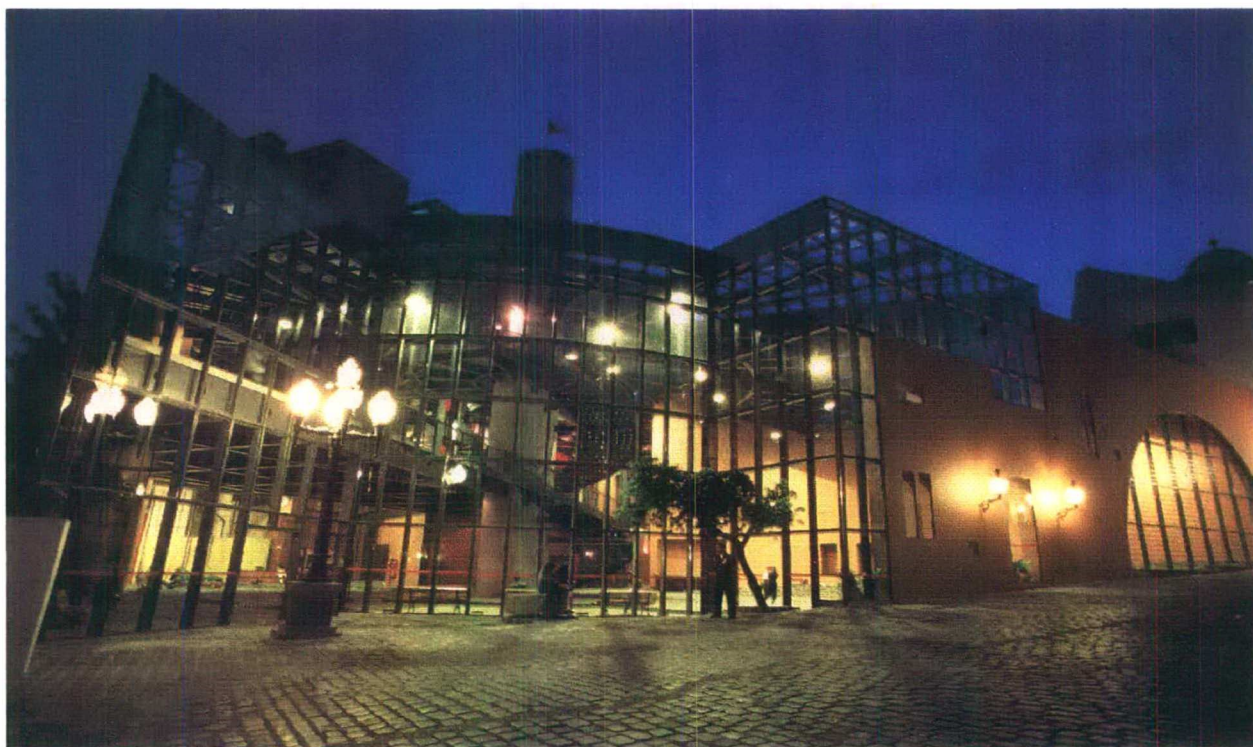
como a taxa de alfabetização, por exemplo, apesar de sua importância, uma cidade de Primeiro Mundo, naturalmente, deve apresentar um bom desempenho neles.

FIGURA 8 : “Rua da Cidadania”



Fonte: Acervo do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

FIGURA 9: “Memorial da Cidade”



Fonte: Acervo do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

3.5 A GESTÃO CÁSSIO TANIGUCHI (1997-2000)

Ao contrário de Lerner e Greca, que marcaram suas administrações com temas específicos como a "ecologia" e a história da cidade ("300 anos"), a gestão de Taniguchi não possui uma marca definida que a identifique. Integrante da equipe de Lerner desde os anos 70, o novo prefeito vai desenvolver as políticas públicas dentro da racionalidade técnica instrumental do planejamento urbano.

No início desta gestão, explorando ainda mais a "onda" da qualidade de vida, a prefeitura lançou e desenvolveu um programa de QV voltado para os seus servidores. Sobre esse programa, em uma postura que se tornou mania entre os dirigentes curitibanos de estar "sempre à frente", a coordenadora do projeto, Suely Harumi Ioshii, afirmou que outras cidades brasileiras também desenvolvem programas voltados para a QV, *"mas só em Curitiba as ações são desenvolvidas de forma integrada com a participação de todas as secretarias. Isso é inédito no serviço público brasileiro"*³¹. O prefeito também destacou os alcances daquele projeto: *"Na prefeitura temos conseguido envolver os funcionários nos nossos programas, valorizando-os e tornando-os cidadãos-servidores"*; *"sem qualidade de vida não é possível ter produtos e serviços melhores"*³². Assim destacou o prefeito no intuito de levar Curitiba à frente de outras cidades brasileiras.

O programa se subdivide em outros 21, nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, lazer e serviço social, que contêm palestras sobre temas como meio ambiente, alimentação saudável, postura, saúde bucal, depressão, campanha de vacinação, exames preventivos e projetos voltados para o atendimento de alcoólatras, que são algumas das ações que o compõem.

³¹ Diário Popular, 15/nov./1998, p.37

³² *Ibidem*

A fama de cidade detentora da melhor QV do país e uma das três melhores do mundo para se viver³³, atraiu para a capital paranaense a realização de grandes eventos, diretamente relacionados com o tema, alguns internacionais. É o caso de ter sido aceita como sede do encontro anual do International Institute of Health Promotion (IIHP), fórum mantido pela American University que reúne universidades, órgãos de financiamento, organizações não-governamentais, fundações e entidades privadas de 40 países. *"Pela primeira vez uma cidade brasileira se inscreve para sediar o evento e é aceita pelo Instituto"*³⁴, informa a psicóloga Neiva Melamed, que fez a apresentação da cidade durante encontro do IIHP realizado em Washington. Para o prefeito Cássio Taniguchi, o fato da aceitação de Curitiba como sede do encontro mostra o grau de conscientização da população sobre o tema: *"Em Curitiba, qualidade de vida é uma questão de todos os dias. Essa demanda faz com que tanto a administração pública quanto as empresas busquem continuamente formas de garantir este direito aos cidadãos"*³⁵.

Essa é uma visão, no mínimo, ingênua acerca da tensão vivenciada pelo ser humano nas organizações burocráticas. Sem mudanças de cunho estrutural, as dimensões da burocracia ainda presentes no trabalho continuam a alienar³⁶ e a unidimensionar o ser humano nos espaços de produção de bens e serviços. Transparece explicitamente o uso indevido da política cognitiva pelos principais agentes do governo local.

Outra matriz discursiva da qualidade de vida em Curitiba surge a partir de 1998, quando começam a ser sistematicamente publicadas nos jornais matérias sobre o IDH. Como vimos, esse é um índice sintético, proposto pelas Nações Unidas, que resulta da combinação de indicadores nas áreas de **saúde, educação e renda**, com o objetivo medir o progresso humano.

³³ Afirmação do conhecido arquiteto norte-americano Alan Jacobs, da Universidade de Berkeley, Califórnia; quando esteve no Brasil em 1989 (Garcia, 1997, p.55).

³⁴ Diário Popular, 15 Nov. 1998, p.37

³⁵ ibidem

³⁶ Ramos, A. "Administração e Contexto Brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. 2ª ed, Rio de Janeiro: Ed.da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

Assim, com a publicação do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, em 1998, o país alcançou, pela primeira vez, um posto entre os países mais destacados nesse âmbito, passando do 68º lugar no *ranking*, para o 62º. Motivo suficiente para o presidente Fernando Henrique Cardoso discursar a respeito: *"Mudamos de categoria de país... escutei, por muitos anos, que estávamos preocupados com a estabilidade e com a moeda, não com o social"*. E acrescentava: *"O fato de que falta alguma coisa, não quer dizer que não se fez "* (Gazeta do Povo, p. 4, 10/set./1998).

À época, também foi publicado o IDHM³⁷ - Índice De Desenvolvimento Humano versão Municipal -, e o ICV³⁸ - Índice de Condições de Vida -, iniciando-se uma série de reportagens que mostram questionamentos e justificativas sobre a capital brasileira da qualidade de vida. Como a cidade, nos últimos tempos, sempre esteve à frente em termos de desenvolvimento urbano, obtendo a marca da melhor cidade brasileira e uma das melhores no mundo para se viver; a incômoda 18ª posição, ocupada no *ranking* brasileiro municipal, leva a que os dirigentes da capital paranaense se manifestem, não para exaltar a QV curitibana, mas para explicar e justificar o porquê dessa situação. É dessa maneira que surge mais um viés no discurso da QV em Curitiba.

³⁷ *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: construído a partir de metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, em 1996, e que reproduz o princípio da metodologia descrita nos relatórios do PNUD, adaptando-a nas dimensões renda e educação. No caso da renda, substituiu-se a informação do PIB per capita pela renda familiar per capita média do município. No caso da educação, optou-se por trabalhar com número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, em vez de número de matrículas nos níveis primário, secundário e superior." Dessa forma, os indicadores por municípios -IDHM- não podem ser comparados automaticamente ao IDH dos países."* (Bega, p.30, 1999).

³⁸ *"O ICV - Índice de Condições de Vida - é construído através de metodologia básica e idêntica à utilizada na construção do IDH, mas incorpora um conjunto maior de indicadores que retratam as realidades sociais, econômicas e ambientais de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de adesão do evento humano sustentável. Isso é feito de duas formas: pela ampliação do número de indicadores que compõem as dimensões Renda, Educação e Longevidade; e pela introdução de duas dimensões adicionais, com o objetivo de retratar a situação da Infância e da Habitação" (ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM).*

É o caso, por exemplo, do Secretário de Educação, Paulo Afonso Schmidt, ao afirmar que o relatório da ONU não reflete a realidade da rede municipal de ensino: *"Curitiba é referência no país na área da educação, e este índice não mede aproveitamento escolar, por exemplo"* (Gazeta do Povo, p. 2, 10/set./1998).

Já para o Secretário municipal de Saúde, Luciano Ducci, mesmo reconhecendo que Curitiba poderia ter apresentado um desempenho melhor, essa colocação só se justificaria se a listagem fosse composta apenas de cidades de grande porte. Para ele, o desempenho melhor não aconteceu porque em 1991 o índice de mortalidade infantil ainda era alto em Curitiba: 27 para cada 1000 nascidos vivos, o qual já caiu para 15 em 1997. O prefeito Taniguchi também criticou os critérios utilizados pela ONU, apesar de reconhecer que a cidade não tem um índice ideal de desenvolvimento humano. No entanto, disse que Curitiba já está numa "boa condição".

CAPÍTULO 4- Análise Comparativa da Qualidade de Vida - IDH e ICV

4.1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de "dissecar" o IDH curitibano e de verificar se Curitiba é realmente a "**Capital Brasileira da Qualidade de Vida** " e seguindo a proposta deste trabalho, que é a de analisar o discurso da QV através de seus índices, optamos por uma análise comparativa simplificada entre cidades de porte similar, através dos indicadores municipais IDHM e ICV. Não apenas porque estes permitem a comparação entre comunidades, mas também por se constituírem na única ferramenta objetivamente disponível, no momento, para verificar tal propósito (embora cientes de suas limitações, explanadas no início do trabalho). Dessa forma, escolhemos Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte³⁹, para realizar a análise, uma vez que todas são cidades capitais em seus estados e possuem tamanho populacional semelhante, atentamos para o que Bega nos alerta quanto à comparação de indicadores entre municípios:

"Embora possa parecer dispensável, partimos do pressuposto de que a situação de maior ou menor desigualdade social entre os municípios, espelhada em tais indicadores, está diretamente relacionada com a sua força política, ao papel diferenciado que ocupam no conjunto do Estado, o que, por sua vez, reflete o grau de desenvolvimento que cada Estado apresenta no conjunto do país. Com isso, evitamos abordagens finalistas, ufanistas e até pessimistas" (Bega, 1999, p. 28).

Inicialmente, em termos de países, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2000 aponta o Brasil numa situação pior do que em 1998, ao ocupar o 74º lugar. No marco da América Latina, o Brasil detém a 12ª posição, conforme podemos observar na tabela a seguir:

³⁹ Curitiba: 1.586.898 hab., Porto Alegre: 1.359.932 hab., Belo Horizonte com 2.229.697 hab., segundo dados preliminares do Censo de 2000/IBGE.

TABELA 4
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE ALGUNS PAÍSES DA
AMÉRICA LATINA

Localização	País	Índice
35	Argentina	0,824
38	Chile	0,812
39	Uruguai	0,821
48	Costa Rica	0,789
50	Trinidad e Tobago	0,784
54	Granada	..
55	México	0,775
56	Cuba	..
59	Panamá	0,770
65	Venezuela	0,763
68	Colômbia	0,760
74	Brasil	0,736
80	Peru	0,723
81	Paraguai	0,723
83	Jamaica	0,732
87	República Dominicana	0,720
91	Equador	0,701
96	Guiana	0,698

Fonte:ONU /PNUD - Relatório para o Desenvolvimento Humano, 2000

Já com relação à realidade do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros, podemos notar uma melhora considerável de suas condições de vida, passando de 0,462 em 1970 para 0,685 em 1980 e atingindo 0,742 em 1991, como ilustra a tabela a seguir. Isto se deve principalmente ao peso do crescimento da renda *per capita* por município, seguido, numa menor proporção, pela melhoria dos indicadores de educação e saúde. A tabela mostra ainda os IDHs alcançados pelos Estados das respectivas cidades aqui analisadas.

TABELA 5
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano: Estados
Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, 1970,1980 e 1991

	Brasil			R. Gde. do Sul	Paraná	M. Gerais
	1970	1980	1991	1991	1991	1991
IDH-M (Geral)	0,462	0,685	0,742	0,786	0,760	0,699
LONGEVIDADE	0,440	0,531	0,638	0,685	0,663	0,645
EDUCAÇÃO	0,501	0,577	0,645	0,725	0,677	0,653
REND	0,444	0,947	0,942	0,949	0,940	0,798

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

Nesse sentido, o índice municipal alcançado pelas cidades em questão acompanha o posicionamento do IDH dos respectivos estados, como mostra a tabela a seguir, na qual podemos observar Porto Alegre liderando, à frente de Curitiba e Belo Horizonte, assim como a posição que cada uma delas ocupa em relação aos demais municípios brasileiros. À primeira vista, portanto, da perspectiva tanto do IDH-M como do ICV, podemos afirmar que Curitiba não é a primeira capital em qualidade de vida no país.

TABELA 6
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano: Porto Alegre , Curitiba e Belo Horizonte

		Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte
IDH-M	Índice	0,825	0,819	0,796
	Ranking	6º	18º	95º
ICV	Índice	0,841	0,835	0,805
	Ranking	12º	18º	169º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

4.2 - COMPOSIÇÃO DOS ÍNDICES

Para entendermos melhor a composição desses índices, apresentamos, no quadro a seguir, um resumo das suas dimensões, assim como das variáveis que

os compõem. Os indicadores, em negrito, fazem parte da composição dos dois índices. Os demais entram apenas na composição do ICV.

QUADRO 3

Dimensões dos Índices IDHM e ICV.

LONGEVIDADE

- 1- **Esperança de vida ao nascer**
- 2- Taxa de mortalidade infantil

EDUCAÇÃO

- 3- **Taxa de analfabetismo**
- 4- **Número médio de anos de estudo**
- 5- Porcentagem da população com menos de 4 anos de estudo
- 6- Porcentagem da população com menos de 8 anos de estudo
- 7- Porcentagem da população com menos de 11 anos de estudo

RENDIA

- 8- **Renda familiar *per capita***
- 9- Índice L the Theil (desigualdade de renda)
- 10- Porcentagem de pessoas com renda insuficiente (Po)
- 11- E Insuficiência média de renda (P1)
- 12- Grau de desigualdade na população com renda insuficiente (P 2)

INFÂNCIA

- 13- Porcentagem de crianças que não freqüentam a escola
- 14- Defasagem escolar média
- 15- Porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar
- 16- Porcentagem de crianças que trabalham

HABITAÇÃO

- 17- Porcentagem da população vivendo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório potencial
- 18- Porcentagem da população vivendo em domicílios duráveis
- 19- Porcentagem da população vivendo em domicílios com abastecimento adequado de água
- 21- Porcentagem da população em domicílios com instalações adequadas de esgoto

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

Como podemos observar, O ICV amplia substancialmente o número de dimensões da análise do desenvolvimento humano e das carências. Segundo o documento, a estratégia desses índices (IDH-M, ICV) visa "... *empregar uma variedade de indicadores na avaliação das condições de vida e representa, sem*

dúvida, uma opção metodológica desejável porque permite enriquecer a análise" (Ib., p. 72).

4.3 - LONGEVIDADE, EDUCAÇÃO, RENDA

Desagregando o IDH-M em suas três dimensões básicas - *Longevidade, Educação e Renda*⁴⁰ ; na primeira dimensão, Curitiba aparece na frente com 0,696 contra 0,690 de Porto Alegre. Essa pontuação se deve, por sua vez, a um melhor desempenho da capital paranaense no quesito "expectativa de vida ao nascer"⁴¹, como mostra a tabela a seguir junto com as demais variáveis.

TABELA 7
LONGEVIDADE

	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte
IDH-M	0,690	0,696	0,645
	782°	671°	1927°
ICV	0,812	0,805	0,767
	612°	758°	1781°
* Esperança de Vida ao Nascer	66,42	66,76	63,67
	782°	676°	1962°
Taxa de Mortalidade Infantil	21,35	27,76	35,18
	463°	988°	1733°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

*Item comum aos dois índices

Por outro lado, a média nacional é de 54 óbitos para cada mil nascidos vivos. Segundo Rosa⁴², a mortalidade infantil "funciona como um dos indicadores sociais que melhor expressa a qualidade de vida da população", refletindo as condições de moradia, distribuição de renda, saneamento básico, saúde e educação. (Rosa, 1999, p. 76)

⁴⁰ Ou seja , segundo o relatório: ". Uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente " (Op. cit, p.37).

⁴¹ Segundo o relatório, a Expectativa de Vida ao Nascer ou o número médio de anos que as pessoas viveriam, é a variável mais relevante na dimensão *Longevidade*.

⁴² ROSA, Maria Arlete. *Um estudo sobre a prática educativa de sustentabilidade: o caso da Vila Sagrada Família*. PUC - SP, 1999.

A UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - realizou um estudo, em 1994, indicando que 15 mil crianças de zero a seis anos estão em situação de risco em Curitiba e apontando como principal causa da mortalidade infantil a falta de saneamento básico⁴³ e a desnutrição.

Nestes tempos em que o conhecimento assume cada vez mais um papel central na sociedade, dada a necessidade de mão-de-obra qualificada para um mercado sempre mais exigente em termos de competitividade e seletividade, a Educação passa a ser uma questão fundamental - de interesse nacional - para o desenvolvimento. Em termos de desenvolvimento humano, a Educação tem um papel relevante e pesquisas⁴⁴ realizadas no Brasil e em outros países revelam que o nível de renda melhora na medida em que o grau de escolarização aumenta.

O quesito *Educação* tem por objetivo descrever o nível educacional da população, sendo escolhidos os indicadores a partir do conceito de número de anos de estudo. Assim, a dimensão *Educação* inclui os seguintes indicadores: *taxa de analfabetismo*, *número médio de anos na escola*, *porcentagem da população com menos de 4 e 8 anos de estudo*, *porcentagem da população com mais de 11 anos de escolaridade*. O primeiro indicador representa o percentual de pessoas com mais de 15 anos de idade incapazes de ler ou escrever um bilhete simples. O segundo é a razão entre a soma do número de anos de estudo da população com idade superior a 25 anos e o total de pessoas desse segmento etário. O terceiro é o percentual de pessoas com idade superior a 25 anos com menos de quatro anos de estudo. Este último indicador é também conhecido como taxa de "analfabetismo funcional". O quarto indica a parcela da população com mais de 25 anos que não possui o primeiro grau completo. O quinto representa o percentual

⁴³ O saneamento básico em Curitiba apresenta condições precárias. Segundo a SANEPAR, apenas 59,45% dos domicílios urbanos estão ligados à rede de esgoto, sendo que somente 26% do esgoto captado recebe o tratamento adequado. O jornal Folha de São Paulo, edição de 13.5.96, em pesquisa realizada, aponta o saneamento básico como o segundo principal problema de Curitiba (Idem, p.76).

⁴⁴ SAMEK, J. *A Curitiba do Terceiro Milênio*. Curitiba: Ed. Palavra, 1996

de pessoas com mais de 25 anos que têm, pelo menos, um ano de curso superior completo.

TABELA 8
EDUCAÇÃO

	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte
IDH-M	0,972	0,796	0,781
	3°	7°	10°
ICV	0,778	0,797	0,729
	3°	7°	11°
*Taxa de Analfabetismo	4,9	5,3	6,9
	35°	42°	98°
*Número médio de anos de estudo	8,1	7,4	7,2
	3°	7°	9°
% Pop. com menos de 4 anos de estudo	15,9	21,3	20,9
	17°	42°	39°
% Pop. Com menos de 8 anos de estudo	44,6	50,0	53,8
	3°	8°	15°
% Pop. Com mais de 11 anos de estudo	21,71	17,48	15,79
	3°	8°	13°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

*Item comum aos dois índices

Este quesito - Educação - mostra uma distância razoável entre Porto Alegre, com 0,972; Curitiba, com 0,796, em segundo lugar; e Belo Horizonte, com 0,781. Observamos também um desempenho melhor de Porto Alegre em todos os indicadores dessa dimensão.

Em Curitiba, o sistema de ensino de 1º grau é composto por dois sub-sistemas: um estadual e outro municipal. O municipal possui 122 escolas, atendendo a cerca de 90.000 alunos, e o estadual é constituído por 175 escolas com, aproximadamente, 140.000 alunos. Os modelos de gestão dos sistemas são independentes e distintas entre si: na rede municipal, o sistema é seriado enquanto que na estadual foi instituído o ciclo básico de primeira a quarta série (Samek, 1999. p.123). Na rede municipal de ensino, após a implantação de um

programa bem-sucedido, visando manter as crianças na escola, a evasão escolar foi reduzida para 2,9%. Já no âmbito estadual, a evasão continua bastante elevada, indicando 20% (Samek, 1999, p.123). Segundo o mesmo autor, o sistema municipal de ensino curitibano está vinculado a um modelo burocrático e ultrapassado, o qual, estaria baseado na centralização e verticalização das decisões, "sem qualquer autonomia para as escolas". Nesse sentido, as melhores experiências de reformas educacionais bem-sucedidas têm na democratização da escola e na interação com a comunidade os componentes fundamentais para tal realização.

No aspecto *Renda*, para descrever o seu nível e a sua distribuição, foram escolhidos os seguintes indicadores: renda familiar média *per capita*, grau de desigualdade, medido pelo índice de porcentagem de pessoas com renda insuficiente (Po), insuficiência média de renda (P1), grau de desigualdade na população com renda insuficiente (P2). **A renda familiar *per capita* é a razão entre o somatório da renda pessoal de todos os indivíduos e o número total deles na unidade familiar. O índice de Theil mede o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos, segundo a renda familiar *per capita*. A porcentagem de pessoas com renda insuficiente é a proporção daquelas com renda familiar *per capita* inferior a 50% do salário mínimo de 1 de setembro de 1991. A insuficiência média de renda é a média dos hiatos relativos de renda de todos os indivíduos, estejam ou não abaixo do limite de insuficiência de renda. O último (P2) é a média dos quadrados dos hiatos de renda de todos os indivíduos⁴⁵.**

⁴⁵ Ver mais detalhes sobre a Metodologia de Construção do IDH no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

TABELA 9
RENDA

	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte
IDH-M	0,972	0,965	0,962
	5°	14°	23°
ICV	0,862	0,869	0,839
	269°	215°	430°
Índice L the Theil (desigualdade de renda)	0,61	0,54	0,70
	3590°	2834°	4127°
% de pessoas com renda insuficiente (Po)	15,3	13,48	24,43
	88°	61°	277°
E Insuficiência média de renda (P1)	0,06	0,05	0,10
	87°	54°	309°
Grau de desigualdade na pop. com renda insuficiente (P2)	0,04	0,03	0,06
	136°	57°	336°

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

Apesar de o nosso país estar incluído entre as maiores economias do mundo, já tendo alcançando um nível de renda *per capita* comparável ao das nações mais desenvolvidas⁴⁶, o Brasil é também conhecido como o campeão mundial da má distribuição de renda: os 20% mais ricos detêm 65% da renda, enquanto os 50% mais pobres dividem apenas 12% do que é produzido. Os 10% mais abastados possuem uma renda trinta vezes superior à renda dos 40% mais pobres. Assim, a questão da distribuição da riqueza assume um papel cada vez mais importante, até mais que o crescimento econômico, para que se possa alcançar reduções no grau de pobreza da sua população.

⁴⁶ 75% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior à brasileira

4.4 - INFÂNCIA E HABITAÇÃO

Além do conceito de número de anos de estudo, a dimensão da infância utiliza o de **defasagem escolar**, que é a diferença entre o número de anos na escola recomendado para uma criança em função de sua idade e o número desses anos atingido por ela. Nesse sentido, foram escolhidos os seguintes indicadores: a **defasagem escolar média**, representando a razão entre o somatório da defasagem de todas as crianças com idade entre 10 e 14 anos e o número total de crianças nesse mesmo segmento etário. A **porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar**, que mostra o percentual de crianças, com idade entre 10 e 14 anos, apresentando atraso escolar superior a um ano. A **porcentagem de crianças que não freqüentam a escola**, dada pelo percentual delas, com idade entre 7 e 14 anos que não freqüentam escola. A **porcentagem de crianças que trabalham** é alcançada pelo percentual daquelas com idade entre 10 e 14 anos que exerceram alguma atividade econômica nos últimos doze anos.

TABELA 10
INFÂNCIA

	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte
ICV	0,850	0,850	0,799
	90°	90°	466°
% de crianças que não freqüentam a escola	9,1	8,9	10,2
	170°	146°	259°
Defasagem escolar	1,1	1,1	1,6
	131°	131°	966°
%de crianças com + de 1 ano de atraso escolar	30,9	30,5	44,5
	194°	182°	1008°
% de crianças que trabalham	2,9	4,7	4,3
	190°	556°	469°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

Para ilustrar a dimensão habitação, os quatro indicadores escolhidos abrangem apenas a população dos domicílios particulares permanentes, sem considerar as pessoas que moram em residências coletivas e domicílios particulares improvisados. Os indicadores são a **porcentagem da população que vive em domicílios com mais de duas pessoas por dormitório potencial**⁴⁷; **duráveis**⁴⁸, **com abastecimento adequado de água**⁴⁹ e **instalações adequadas de esgoto**⁵⁰.

Curitiba não escapa ao fenômeno da “favelização”, ocupando o quinto lugar no Brasil em relação ao problema. A cidade apresenta 262 favelas, segundo o IPPUC, com um total de 200.000 habitantes (GREIN FILHO. 2001), embora estimativas de organizações não-governamentais revelem que são mais de 300 mil habitantes (Garcia, 1997, p.121).

TABELA 11
HABITAÇÃO

	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte
% da pop. vivendo em domicílios c/ densidade superior a 2 pessoas por dormitório potencial	16,5 784°	16,2 745°	19,2 1134°
% da população vivendo em domicílios duráveis	98,4 1508°	98,5 1458°	99,6 770°
% da pop. vivendo em domicílios abastecidos adequadamente de água	95,4 661°	96,1 577°	94,4 812°
% da pop. em domicílios com instalações adequadas de esgoto	84,5 508°	82,4 601°	81,9 625°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD; IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

⁴⁷ Mede a densidade do domicílio

⁴⁸ Os domicílios duráveis são os que possuem a cobertura e as paredes constituídas de materiais resistentes.

⁴⁹ É considerado adequado o abastecimento servido pela rede geral, com canalização interna, ou através de poço ou nascente com canalização interna

⁵⁰ Ou seja, com instalações sanitárias próprias (não compartilhadas com outro domicílio) e com escoamento através de fossa séptica ou rede geral de esgoto

4.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar, contudo, que após uma década de grandes mudanças, principalmente no plano econômico, em Curitiba, com a chegada das montadoras (Chrysler, Audi, Volks, Renault, Nissan) e de novos hipermercados (Wal Mart, Big, Pão de Açúcar, Carrefour), é possível que o quadro anteriormente descrito tenha se alterado em alguma medida. A qualidade de vida curitibana conseguiu atrair bons dividendos nestes últimos dez anos, ao receber uma verdadeira avalanche de empreendimentos. Triplicou o número de shoppings e centros comerciais na cidade: eram dez há três anos e agora somam mais de 30; o número de supermercados e hipermercados passou de 37 para 45. A chegada de novos investimentos, segundo Taniguchi, é interessante para qualquer cidade, porém segundo ele a prefeitura estabelece instrumentos *capazes* cujas exigências previnem prejuízos ao sistema viário, à paisagem humana e ao meio ambiente: "se um empreendimento vai gerar impacto sobre a vida da cidade, e o empreendedor terá vantagens ao se instalar aqui, nada mais justo do que dar sua contribuição para que a cidade mantenha a qualidade de vida da população" (Gazeta Do Povo, p 01, 31.jan.1999). Estes instrumentos aos quais o prefeito se refere são as ferramentas tradicionais do planejamento urbano: o zoneamento e uso do solo, plano diretor, etc .. Uma idéia da dimensão dos impactos negativos no campo econômico que Curitiba pode estar sofrendo é encontrada na análise realizada por Coraggio (1999), o qual mostra alguns dos impactos econômicos negativos gerados no comércio local de cidades argentinas pela implantação de grandes empreendimentos comerciais (Wall Mart, Carrefour, BIG, etc). Segundo este autor, os impactos seriam o empobrecimento da economia local e o aumento considerável do desemprego verificado no comércio local dentre outros. No entanto, em tempos em que se acentua a concentração de poder econômico a nível global, ao mesmo tempo que há uma descentralização do poder político no nível local, passando para este a responsabilidade pela qualidade de vida de seus habitantes; este autor acredita na necessidade de ir mais além do mero

ordenamento espacial proporcionado pelos tradicionais planos diretores por sua vez oriundos do planejamento urbano. Coraggio⁵¹ cita ainda algumas medidas que poderiam ser tomadas pelo estado para minimizar os impactos negativos acima citados, segundo ele, deveria haver um plano integral de desenvolvimento social e econômico local com um amplo consenso das forças sociais, econômicas e políticas.

Finalmente, a política de atração de investimentos parece dar sinais de saturação. A população do Paraná que em sua grande maioria apostou no sucesso do projeto lernista de mudança no perfil da economia paranaense sob o comando das montadoras, assiste incrédula aos últimos acontecimentos verificados recentemente. Enquanto que as demissões da Audi-Volks somam 350 funcionários, a Chryser anuncia o encerramento de suas atividades na região metropolitana de Curitiba. Em Campo Largo, local onde a Chrysler se instalou, o prefeito Afonso Portugal Guimarães acredita que o governador Jaime Lerner deve explicações à sociedade sobre o encerramento da produção da fábrica na cidade: " *O governo precisa dar explicações. Ele gerou essa expectativa*". Em quatro anos a população de Campo Largo saltou de 82 mil habitantes para 93 mil⁵², segundo o prefeito: "*A fábrica se instala na cidade. A política governamental que a trouxe faz propaganda não apenas na cidade do estado, mas no país, isso traz pessoas para morar aqui. Muita gente veio com a esperança de trabalhar na Chrysler*"

Kurz em o "Crepúsculo da indústria automobilística", ao analisar a realidade do segmento automotivo, mostra que a indústria automobilística enquanto matriz do crescimento econômico se esgotou e, segundo as regras do mercado, atingiu seus limites de saturação. Nesse setor, os postos de trabalho foram drasticamente

⁵¹ Ver mais em CORAGGIO, L. J.; CÉSAR, R. *Que Debe Hacer el Gobierno Local ante los Grandes Emprendimientos en el Comercio Minorista?*. R. B. Estudios Urbanos e Regionais No 2/Março 2000.

⁵² dados dos dois últimos censos realizados pelo IBGE.

reduzidos nos últimos vinte anos em função da automatização e da racionalização; por outro lado, a contínua ampliação da infra-estrutura que a expansão automobilística requer esbarra em limites naturais e financeiros: "nas regiões densamente povoadas não há mais espaço para novas rodovias ou implantações viárias e, de outro lado, nem os estados dispõem mais de recursos para esses investimentos" (Gazeta do Paraná, sexta-feira, 2 de fev. de 2001). Assim, o autor antevê um quadro pouco animador para o futuro dessa indústria.

"A cidade ideal para mim é aquela em que sejamos donos dela e não ela dona da gente....."

Dercísio Rodrigues da Silva, do Movimento Nacional de Defesa dos Favelados.
(Gazeta do Povo 12/abril/92, p.7)

CONCLUSÕES

Este trabalho procurou avaliar o discurso da QV - Qualidade de Vida - em Curitiba através da análise dos índices por ele apontados. O primeiro capítulo do documento tratou dos objetivos, das limitações e da importância do tema. Consta ainda dessa seção, a metodologia que norteou a elaboração da pesquisa. A seguir, no capítulo 2, foi desenvolvida a base conceitual do estudo. Para tanto, buscou-se trabalhar os referenciais teóricos encontrados na literatura sobre a qualidade de vida do ser humano, assim como acerca das políticas urbanas praticadas no final do século XX, no atual contexto propiciado pela sociedade de mercado, que, como foi visto, ainda é o paradigma social vigente nas sociedades ocidentais.

Na sequência, o capítulo 3 inicia com a apresentação de um resumo da evolução urbana de Curitiba, incluindo os principais eventos ocorridos desde os anos 70 da passada centúria. A partir daí, o discurso da qualidade de vida é ilustrado e avaliado por meio da análise de seus indicadores nas três gestões estudadas.

Na gestão do Prefeito Jaime Lerner, o discurso oficial da QV em Curitiba evidenciou que aquela estava relacionada com a quantidade de verde na cidade. Assim, foi visto um forte discurso ecológico de conteúdo simbólico, com base no acionamento sistemático de alguns indicadores selecionados. Porém, o tempo e a crítica destes mostraram a discrepância entre o discurso e a realidade, apontando a enorme distância a percorrer pela "Cidade Ecológica" na trilha, ainda incipiente, da sustentabilidade urbana.

Na gestão de Rafael Greca, o termo "QV", sem ser explicitado quanto ao seu conteúdo, passou a ser usado com maior frequência pelo discurso oficial em suas mais diversas manifestações, ampliando o seu raio de ação ao incorporar um número maior de indicadores, em sua grande maioria também positivos. É nessa gestão que o uso do planejamento estratégico de cidades se torna mais explícito em Curitiba, a partir da utilização freqüente do termo *qualidade de vida* em inúmeras publicações oficiais da cidade. Nesse sentido, Curitiba é gerida e entendida pelos seus governantes como uma *empresa*, uma *mercadoria* e uma *pátria*. Prevalece uma representação tecnomaterial da problemática e das soluções para a cidade, que, fundada na racionalidade econômica, mantém a gestão de Curitiba dentro dos limites do paradigma econômico descrito na fundamentação teórica.

Na gestão de Cássio Taniguchi, a QV continuou a ser manchete de jornal, porém, mais em função de algumas fragilidades da cidade modelo, que começaram a ganhar visibilidade, do que em ganhos concretos nas condições de vida de sua população. Boa parte dessas fragilidades foi exposta na comparação direta dos indicadores municipais com os de outras cidades brasileiras de porte similar. Ao final dessa gestão, com a implantação de grandes investimentos na cidade, chegou-se a algumas conclusões.

Foi constatada a prática explícita do planejamento estratégico no projeto de cidade implementado pelo governo local das gestões aqui estudadas. A QV não passa de uma imagem síntese, ricamente elaborada pelo discurso e pensada como operador simbólico, constituindo-se em um dos recursos de política cognitiva largamente utilizados pelos governantes locais.

Assim, fica clara a intenção das políticas urbanas praticadas em Curitiba, cujo estímulo determinante é o mercado definindo, criando e moldando a sua sociedade. Nessa perspectiva, o futuro da cidade está comprometido.

No entanto, cidade sustentável é aquela que procura promover o desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento compartilhado, que beneficia a cada membro da sociedade e que autoriza o desenvolvimento natural dos ecossistemas, a fim de não comprometer as condições de vida das gerações futuras.

Com relação à QV do discurso curitibano, ele nos remete a uma noção parcial de qualidade de vida, uma vez, que em relação ao ser humano, privilegia a sua dimensão física; e quanto à natureza, o discurso desconsidera inúmeros indicadores ambientais negativos na cidade, similares ao da maioria das urbes brasileiras.

Se o desenvolvimento humano representa "*o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas*", ou seja, com os frutos do crescimento econômico traduzidos em melhoria das condições de vida, o desenvolvimento urbano de Curitiba ainda está longe de ser um conceito mais abrangente e integrado, que inclua o ser humano e o meio ambiente integralmente, a exemplo do que prega o discurso oficial. Concluimos que a qualidade de vida contida em tal discurso, objeto da pesquisa que resultou nesta dissertação, não representa uma condição expressiva da multidimensionalidade do ser humano.

Na busca persistente da cidade ideal, surgiu, durante a realização deste trabalho, a vontade de aprofundar o estudo sobre alguns problemas da realidade investigada, que chamaram a nossa atenção e poderiam dar margem a futuras

pesquisas. Qual é a dimensão real dos impactos econômicos provocados na qualidade de vida curitibana pela instalação dos grandes empreendimentos na cidade? Qual será a face da mais nova síntese curitibana: "A Capital Social do País"? Será que as políticas urbanas, que já estão sendo praticadas, refletem as demandas e necessidades sociais da cidade ou permanecerão no âmbito do discurso? Qual é a real extensão destas e, ainda nesta interrogação, será que a "Capital Ecológica" do discurso oficial esqueceu-se de um aspecto tão importante da sustentabilidade? Que projeto de cidade sustentável, alternativo ao determinismo da cidade modelo, poderia ser implementado em Curitiba?....

Enfim, são muitas as perguntas que precisam de uma resposta satisfatória não só para os que moram em Curitiba, mas para o público em geral, uma vez que ainda prevalece no mundo a imagem de Curitiba como uma cidade ideal para se viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **Discursos Da Suscetibilidade Urbana**.in Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais Nº 1/maio de 1999.
- ALVES, J. F. **Metrópoles-cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna,1992
- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.
- BEGA, Maria Tarcisia e Silva. **Curitiba E A Segregação Sócio Espacial: Indicadores Sociais Para A Região Metropolitana De Curitiba**. Cadernos De Gestão Pública, 1 PMDB/ Fundação Pedrosa Porta-PR,1999.
- BEGA, Maria Tarcisia e Silva. **Planejamento-Espectáculo e a Construção Do Cidadão- Consumidor: As Imagens De Curitiba**. (mimeo,1997).
- Borja, Jordi & Forn, Manuel de. "Políticas da Europa e dos Estados para as cidades"; in Espaço e Debates, ano XVI, n. 39, 1996.
- BRADENBURG, Alfio. **Agricultura, meio ambiente e interdisciplinaridade: ONGs e a agricultura familiar: a experiência de RURECO no desenvolvimento da agricultura no centro-oeste do Paraná**. Campinas,1997. Tese De Doutorado-Instituto De Filosofia E Ciências Humanas,UNICAMP.
- BURSZTYN, Marcel (org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense,1993
- CANDELORI, Esther Cardoso " **Curitiba: uma cidade moderna com faces pós-modernas**" . monografia de conclusão de curso de ciências sociais- UFPR. 1994.
- CARMO, Roberto Luiz do. **O Conceito de Qualidade de Vida: Uma primeira Abordagem**. IFCH/UNICAMP. Ano 3, nº 4, 1993
- CERVO, (o) Amado Luiz Cervo (e) Pedro Alcino Bervian. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 3 . ed. e São Paulo,Mc Graw-Hill do Brasil, 1983.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.
Nosso Futuro Comum. ed .Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPANS, Rose. **O Paradigma Das Global Cities Nas Estratégias De Desenvolvimento Local.** in Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais Nº 1/maio de 1999.

CORAGGIO, José Luiz Rube César; CÉSAR, Ruben. **Que debe hacer el gobierno local ante los grandes emprendimientos en el comércio minorista?** in Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais Nº 1/maio de 1999.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Desenvolvimento Sustentável: Uma contradição de Termos?** in R. B. Estudos Urbanos e Regionais Nº 02/Março 2000.

DE MASI, Domenico – **A Sociedade Pós-Industrial** – Ed. SENAC, 1999.

– **O Futuro do Trabalho** – Ed. José Olympio, 1999.

FACHINI, J. **A significação social do planejamento urbano: estudo do caso de Curitiba.** Porto Alegre, 1975. Dissertação (Mestrado)-FAU, UFRS.

FERNANDES, A. **Planejamento Urbano De Curitiba: a institucionalização de um processo.** RJ, 1979. Dissertação (Mestrado E Engenharia Da Produção)-UFRJ.

GARCIA, Fernanda Sanchez - **Cidade Espetáculo, Política, Planejamento e City Marketing**- Ed. Palavra. Curitiba 1997.

GARCIA, Fernanda Sanchez . *Políticas Urbanas em Renovação: Uma Leitura Crítica Dos Modelos Emergentes.* in Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais Nº 1/maio de 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós- moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HERCULANO, Selene C. **A Qualidade de Vida e seus Indicadores.** Ambiente E Sociedade-Ano I- Número 2 - 1 semestre de 1998.

IUPERJ/MINTER. **Dimensões Do Planejamento Urbano: o caso De Curitiba.** RJ, 1975. Mimeog.

IPARDES / IPPUC / UFPR. **Curitiba: Mapa Da Pobreza**. Curitiba, 1996.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

KURZ, Robert. **O Crepúsculo da Indústria Automobilística**. Revista Krisis, Alemanha, Jan. 2001.

LIMA, Cristina De Araújo. **Ocupação em Area de Mananciais e os Desafios Ao Planejamento Ambiental Metropolitano**. O Municípios De Pinhais, Piraquara e São José Dos Pinhais E. Região Metropolitana De Curitiba-PR. 2000. Tese (Doutorado Em Meio Ambiente E Desenvolvimento)-Universidade Federal Do Paraná.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. 6º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MAULIN, Gilfredo Carrasco. **Curitiba E Belo Horizonte Na Coleta De Políticas Públicas Para Os Catadores De Papel**. Monografia - Ciências Sociais., Universidade Federal Do Paraná. Curitiba -UFPR. 1999

MENEZES, Claudino Luiz, **Desenvolvimento Urbano E Meio Ambiente: A Experiência De Curitiba**. Ed. PAPIRUS, 1996.

MOURA, Rosa; GARCIA, Fernanda Sanchez . **Cidades-o modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?**. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, AnoXIII. No 2, 1999, p. 95- 114

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, D. Entrevista. In: Instituto Pólis. **Avaliação de experiências em planejamento estratégico de cidades**. Entrevistas Curitiba. Transcrições. Curitiba, 1998.

OLIVEIRA, Márcio de. **Meio ambiente e cidade: áreas verdes públicas de Curitiba**. Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente, Curitiba, n.3,p.77-87,1996.

PNUD - Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento . **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Trinova ed. Lisboa. 1999

ROSA, Maria Arlete. **Um estudo sobre a prática educativa de sustentabilidade o caso da Vila Sagrada Família**. PUC - SP, 1999.

SAMEK, J. A Curitiba Do Terceiro Milênio. Curitiba: Ed. Palavra, 1996

TREVISAN, Emílio. O Meio Físico e a Ocupação Urbana De Curitiba, PR - estudos de caso. 2001. Tese (Doutorado Em Meio Ambiente E Desenvolvimento)-Universidade Federal Do Paraná.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa E Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursivas do planejamento estratégico urbano. VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, 1999.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

1.1 - Documentos Oficiais Dos Órgãos Públicos

a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.** Relatórios Gerais Anuais De Atividades. Gabinete Do Prefeito, período 1989-2000

b) **IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA.** Curitiba em Dados. 1980 1992

c) _____. Série Memória Da Curitiba Urbana. Depoimentos. 1990-1992

d) *"Gerenciamento Dos Resíduos Sólidos Urbanos No Município De Curitiba".* SMMA - Secretaria Municipal Do Meio Ambiente- Departamento De Limpeza Pública. A Apostila, de janeiro/ 2001. Curitiba

2) Fontes De Imprensa

2.1) - Revistas

a) **Veja Paraná**

b) **Veja**

c) **Isto É**

3) Jornais

a) **Diário Popular**

b) **O Estado Do Paraná**

c) **Gaveta Do Povo**